

Muitas das informações sobre o passado pré-colombiano se perderam durante a fase do descobrimento europeu e da conquista. Interesses sócio-políticos motivaram alguns povos a destruir velhos documentos no afã de reescrever em favor próprio a história do México Central. Apesar deste "apagamento histórico", recuperou-se, com grande trabalho, parte desta documentação. Neste livro, um painel em busca da história quase perdida daquela época.

brasiliense

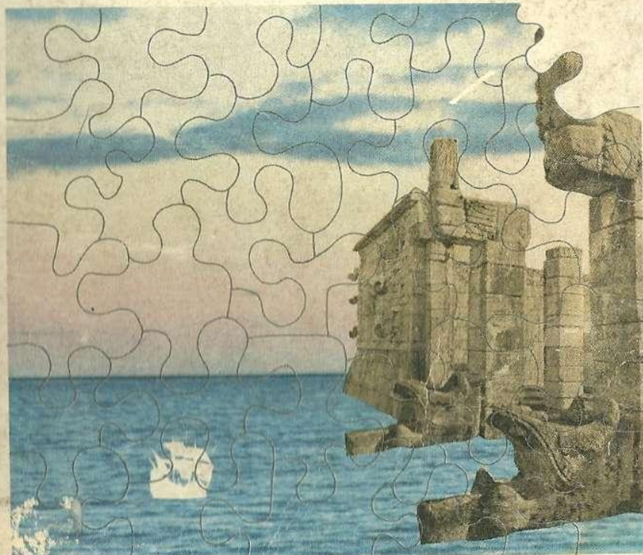
C. F. S. Cardoso — América pré-colombiana — 16

América pré-colombiana

Ciro Flamarion S. Cardoso



tudo é história 16



brasiliense

4.ª edição

Capa:
127 (antigo 23)
Artistas Gráficos

Revisão:
Carlos E. Carvalho
José E. Andrade



Editora Brasiliense S.A.
R. General Jardim, 160
01223 — São Paulo — SP
Fone (011) 231-1422

ÍNDICE



INTRODUÇÃO

"A civilização romana não morreu de morte natural. Foi assassinada." Assim concluiu André Piganiol o seu livro sobre o Império Romano no século IV depois de Cristo (*L'empire chrétien 325-395*, Paris, P. U. F., 1947, p. 422). Tal afirmação, discutível no caso romano, aplica-se perfeitamente às numerosas sociedades indígenas existentes no continente americano na fase do descobrimento europeu e da conquista (fins do século XV e século XVI; em certas regiões, a conquista foi mais tardia). De tal fato derivam-se muitos problemas de documentação e mesmo de interpretação.

De documentação: os conquistadores destruíram monumentos — grandes centros urbanos da última fase pré-colombiana foram transformados em cidades espanholas (México, Cusco) — e obras de arte (fundidas quando confeccionadas com metais preciosos), queimaram quase todos os códices (ma-

nuscritos pré-colombianos, encontrados principalmente na área que hoje corresponde ao México centro-meridional). Mais grave ainda, a conquista e as primeiras fases da colonização significaram a destruição física da maioria absoluta dos índios, através de epidemias repetidas, escravidão e trabalhos forçados diversos, confisco de terras, ruptura violenta da organização social, familiar, religiosa, cultural. Entre os milhões que morriam, desapareceram muitos sábios portadores da tradição de civilizações moribundas. Tudo isto limita muito a quantidade de informação que se pôde recolher sobre as últimas etapas da história pré-colombiana.

Problemas de interpretação: nas regiões indígenas e mestiças da América, o trauma da conquista e da colonização se prolonga até hoje, expressando-se na oposição entre "hispanistas" e "indigenistas", apologistas respectivamente da obra civilizadora ibérica e do passado indígena. Em ambos os casos, são posições unilaterais, distorcidas e idealizadas. Em certos países, quase se teria a impressão de que polêmicas coloniais — Sepúlveda *versus* Las Casas, Sarmiento de Gamboa *versus* Garcilaso de la Vega — ainda não terminaram...

É verdade, no entanto, que a conquista não pode explicar tudo. Os tipos possíveis de testemunhos variam também segundo os graus de evolução social do povos pré-colombianos de todas as épocas. Houve, enfim, destruições deliberadas de documentos históricos, por razões políticas, antes da chegada dos europeus. Assim, os astecas destruíram velhos

códices de outros povos no afã de "reescrever" a seu favor a história do México central.

Podemos dividir em três grandes grupos os documentos de que dispomos para o estudo da antigüidade americana. O leitor constatará facilmente que a região melhor aquinhoada é a que os arqueólogos batizaram como "Meso-América" (boa parte do México, Guatemala, El Salvador e porções de Honduras, Nicarágua e Costa Rica atuais).

Consideremos, em primeiro lugar, as *fontes disponíveis para toda a América*. São os restos arqueológicos, os textos em línguas européias redigidos por conquistadores, cronistas, missionários, funcionários reais dos primeiros tempos da colonização; às vezes também temos obras de escritores indígenas e mestiços em línguas européias e documentos legais (relativos à terra, por exemplo) das colônias incipientes. O próprio mapa lingüístico da época da conquista, quando é possível reconstituí-lo, torna-se fonte de grande interesse.

Em seguida, há *fontes disponíveis principalmente para a Meso-América e a zona andina central* (Peru, Bolívia, partes do Equador, do Chile e da Argentina). Referimo-nos a textos em línguas indígenas, provenientes da tradição oral, fixados com caracteres latinos depois da conquista. Merece menção especial, neste ponto, o imenso trabalho de Bernardino de Sahagún no México.

Finalmente, temos as *fontes só disponíveis para a Meso-América*: códices ou "livros de pinturas", dos quais só quarenta são pré-colombianos, e outros

do século XVI, mas feitos segundo a tradição indígena; e inscrições, principalmente na zona maia, ainda não totalmente decifradas na atualidade.

Tendo em vista a natureza das fontes disponíveis, que métodos podem ser aplicados ao estudo da história pré-colombiana?

O único método universalmente aplicável ao passado indígena da América é o arqueológico, mais exatamente o da *arqueologia pré-histórica*. Trata-se da reconstituição de culturas desaparecidas através dos vestígios materiais por elas deixados (esqueletos dos homens, ou dos animais de que se alimentavam; restos de casas, túmulos, templos; artefatos e objetos diversos: cerâmica, esculturas, instrumentos agrícolas e outras ferramentas, etc.), obtidos em muitos casos através de escavações realizadas segundo métodos sofisticados, e interpretados com apoio em uma tecnologia avançada (datação pelo carbono 14, palinologia ou estudo dos polens fósseis para reconstituir floras desaparecidas, métodos estatísticos, etc.) e em algum sistema teórico acerca dos aspectos dinâmicos e estruturais das sociedades humanas.

Outra metodologia muito importante para os estudos pré-colombianos é a da *etno-história*. Esta foi, a princípio, uma espécie de etnografia descritiva, aplicada retrospectivamente às fontes da época da conquista e dos primeiros tempos da colonização. Hoje é algo bem mais sério e interessante: o uso crítico de documentos diversos para a reconstrução das estruturas econômicas, sociais, políticas e intelectuais dos diversos grupos indígenas, tratando de

eliminar as deformações induzidas por uma documentação de origem européia ou de europeus residentes (*criollos*), nascidos na América. Apóia-se ao mesmo tempo em métodos históricos e antropológicos.

Por fim, para os séculos que precedem imediatamente a conquista, em certas regiões privilegiadas — como é o caso do México central —, o *método histórico* no sentido tradicional ou estrito, baseado em documentos escritos que procedem do passado pré-colombiano ou da fixação da sua tradição oral, é possível, embora os historiadores tenham de se apoiar igualmente nos resultados da arqueologia e da etno-história.

Deve ficar claro, porém, não ser possível para qualquer período pré-colombiano a construção de um saber histórico comparável ao que possuímos acerca da Grécia ou Roma antigas, por exemplo, já que estas são civilizações para as quais podemos dispor de muito mais documentação escrita, possibilitando uma visão bem mais detalhada dos processos e estruturas. *Mutatis mutandis*, a situação do conhecimento histórico acerca da América pré-colombiana se assemelha à do que se refere à África Negra pré-colonial, inclusive na deformação produzida por uma distribuição muito desigual dos trabalhos dos especialistas no tempo e no espaço: há regiões e períodos muito freqüentados, enquanto outros permanecem quase desconhecidos.



SOCIEDADES PRÉ-AGRÍCOLAS

O povoamento da América

Esta é uma questão que permanece sem solução cabal, em parte pela quantidade ainda insuficiente e pela grande dispersão dos achados arqueológicos de restos humanos e implementos anteriores ao século X a. C.[1]

Talvez convenha resumir, antes de mais nada, os pontos sobre os quais há hoje um consenso geral ou quase geral. São eles: 1) a impossibilidade de uma evolução autóctone do homem ter-se produzido na América: todos os esqueletos humanos até agora encontrados têm quando muito algumas dezenas de

(1) O sistema de datação mais usual hoje em dia é o que toma como referência o nascimento de Cristo, diferenciando a partir daí as datas antes de Cristo (a. C. ou a. de J. C.) e as datas depois de Cristo (d. C., d. de J. C., ou ainda a. D., do latim *anno Domini*: "ano do Senhor").

QUADRO 1 — Cronologia da última glaciação do Pleistoceno ou Quaternário (*Wisconsin*) na América, segundo Bosch Gimpera.

Tempo (anos a. C.)	*Fases mais frias* (ou glaciares)	*Fases menos frias* (retiradas glaciares)	*Fatos da pré-história americana*
50 000-45 000	Altoniense		América provavelmente ainda despovoada.
45 000-40 000		Scarborough	
40 000-30 000	Farmdale		Início do povoamento da América (?).
30 000-25 000		Talbot	
25 000-23 000	Iowa		Poucos sítios arqueológicos datados, como Tlapacoya, no México e Pikimachay, no Peru.
23 000-20 000		Peoria	
20 000-18 000	Tazewell I		
18 000-16 000		Hackensack	
16 000-15 000	Tazewell II		
15 000-14 000		New Haven	Entrada de caçadores superiores por Bering/corredor do Mackenzie (?). A ponta de projétil de Muaco (Venezuela) foi datada entre 14 400 a. C. ± 400 e 12 300 a. C. ± 500.
14 000-13 500	Cary I		
13 500-13 000		Springfield	
13 000-12 000	Cary II		
12 000-11 000		Brattelboro	
11 000-10 000	Cary III		Tem início a difusão das pontas de projétil da tradição chamada *Plano*.
10 000-9 100		Two Creeks	Inicia-se a difusão das pontas de projétil da tradição chamada *Llano*.
9 100-8 800	Valders		Apogeu do Paleolítico Superior americano.
8 800-6 000		Grande retirada: fim da glaciação e passagem do Pleistoceno ao Holoceno.	Transição do Paleolítico Superior ao Mesolítico. Início da domesticação de plantas (Meso-América, 7 000 a. C.).

QUADRO 2 — As grandes etapas da pré-história (muito simplificado).

Fase	*Subfase*	*Características*	*Cronologia no Velho Mundo*	*Cronologia na América*
Paleo-lítico	Inferior	*1.ª parte*: Só a África é povoada; ao *Homo habilis* atribui-se a chamada *Pebble culture*, com seus toscos talhadores de pedra. O homem é caçador-coletor não-especializado e não conhece o fogo. *2.ª parte*: O homem povoa a África, a metade sul da Eurásia e a Indonésia. Ao *Homo erectus*, ou Pitecantropo, associa-se a fabricação de artefatos de pedra com duas faces trabalhadas e, mais tarde, de artefatos de lascas. Mais dados a partir de meio milhão de anos atrás, quando possivelmente surge o controle do fogo.	Do aparecimento do Homem (5 milhões de anos atrás, segundo R. Leakey) até um milhão de anos antes do presente; os vestígios se tornam mais abundantes a partir de uns 2 milhões de anos atrás. *De um milhão de anos atrás* a 100 000 anos antes do presente, aproximadamente.	
	Médio	Ao *Homo sapiens neanderthalensis* e outros tipos humanos seus contemporâneos atribui-se uma indústria lítica chamada Musteriense, mais aperfeiçoada e diversificada do que as do Paleolítico Inferior. Têm início a caça direta de animais grandes, a vida em cavernas (com a glaciação), os enterros organizados e o culto a crânios de ursos.	De 100 000 a 40 000 anos atrás, aproximadamente.	Na América, talvez a partir de 40 000 a. C., penetram caçadores-coletores não-especializados, com instrumental lítico tosco, mas já pertencentes ao tipo *Homo sapiens sapiens* (que começa no Velho Mundo *no máximo* há uns 50 000 anos).
	Superior	Ao *Homo sapiens sapiens* se associa uma série de indústrias líticas de alta qualidade e diversificação, incluindo pontas de projétil, e uma indústria de osso e marfim (arpões, agulhas, etc.). Apogeu da grande caça especializada. Primeira arte conhecida.	De 40 000 anos atrás a entre 11 000 e 9 000 a. C., aproximadamente.	Aproximadamente entre 11 000 a. C. (talvez bem antes: ponta de Muaco) e 8 800/6 000 a. C.
Meso-lítico		No Velho Mundo, aparecimento de micrólitos (instrumentos de pedra de dimensões muito reduzidas), difusão do arco e flecha, primeiras embarcações arqueologicamente comprovadas. Na América as indústrias líticas são diferentes. Mas o mais importante é, no mundo todo, uma diversificação dos modos de vida, conduzindo em certos casos aos primórdios da agricultura.	Começa entre 11 000 e 9 000 a. C. aproximadamente, mas sua cronologia é muito variável *segundo as regiões*, havendo até hoje grupos ainda mesolíticos no seu modo de vida.	Na América, começa entre 8 800 e 6 000 a. C. aproximadamente; também *neste caso a cronologia* é variável segundo as regiões.
Neo-lítico		Difusão da vida agrícola e das aldeias. Aparecimento ou difusão da cerâmica, da tecelagem e do polimento da pedra. Nos casos mais favoráveis, os grupos humanos neolíticos se tornam sedentários (coisa rara entre os grupos caçadores, coletores ou pescadores).	No antigo Oriente Próximo asiático já havia aldeias plenamente neolíticas por volta de 7 000 a. C.	O surgimento de um modo de vida plenamente neolítico na América foi muito gradual. Nas regiões mais avançadas, a generalização das aldeias agrícolas sedentárias se dá por volta de 2 000 a. C.

milhares de anos, sendo do tipo totalmente atual (*Homo sapiens sapiens*), ao qual se atribui no Velho Mundo uma antigüidade de no máximo cinqüenta mil anos, e por outro lado não há restos de grandes primatas fósseis no continente americano; 2) a rota que conduz da Ásia à América do Norte, seja pelo que é hoje o estreito de Bering, seja pelo atual arquipélago das Aleutas, é considerada o caminho principal (para alguns, o único) e mais antigo das migrações povoadoras da América; 3) admite-se atualmente uma antigüidade muito maior ao início desse povoamento — aceita-se, em especial, que houve um Paleolítico americano — do que pensavam, no começo deste século, sábios como Ales Hrdlicka ou William H. Holmes; 4) embora neste aspecto o consenso seja menos geral, muitos especialistas acreditam que o povoamento se fez em diversas ondas e no curso de longos períodos, contra a idéia anterior da entrada única de um grupo de migrantes racial e culturalmente homogêneos.

Quanto à antigüidade máxima do povoamento, a aplicação do método de datação pelo carbono 14 proporcionou datas seguras e numerosas para o século X a. C. Todas as datas mais antigas foram, porém, contestadas ou pelo menos postas em dúvida em maior ou menor grau. Pouco a pouco, contudo, na medida em que algumas datas vêm obtendo um consenso consideravelmente amplo (Tlapacoya, no México, entre 21 700 ± 500 e 24 000 ± 4 000 anos atrás — a cifra depois do sinal ± indica a margem de erro possível para mais ou para menos; Pikimachay, no Peru, 19 600 ± 3 000 anos atrás, entre outros sítios), e também na medida em que se estabelecem hipóteses sobre a migração asiática vinculadas às fases do último fenômeno glaciar do Quaternário (glaciação[2] chamada de Würm no Velho Mundo e de Wisconsin na América), é hoje freqüente achar nas sínteses interpretativas uma antigüidade máxima para o primeiro povoamento que varia entre 20 e 40 000 anos atrás (contra os 5 000 anos apenas que admitia Hrdlicka). O escavador do sítio de Onion Portage, no Alasca (D. D. Anderson), atribui uma antigüidade de no máximo 15 000 anos ao complexo cultural mais antigo que descobriu ali, perto de Bering, mas isto não é, como veremos, uma prova concludente, já que, se a rota da primeira migração foi costeira e não continental, seus restos estão hoje sob o mar, cujo nível subiu desde a fase final da última glaciação.

Acreditava-se, ao começar o século, que os povoadores da América tivessem vindo da Ásia pelo caminho de Bering, sendo todos pertencentes à raça mongolóide. Isto apesar de que P. W. Lund havia

(2) As glaciações são fases da história de nosso planeta durante as quais, por razões ainda mal explicadas — as hipóteses a respeito são variadas —, a temperatura média baixa consideravelmente, provocando nas altas latitudes continentais a acumulação de grandes geleiras, e nas zonas tropicais o aumento das chuvas. Durante a era geológica chamada Pleistoceno ou Quaternário, começada há uns dois milhões de anos, houve quatro glaciações, separadas por períodos inter-glaciares quentes; o Holoceno, período geológico em que vivemos, segundo alguns não passa de uma fase inter-glaciar.

descoberto (por volta de 1840) e S. Hansen estudado (1888) o "homem de Lagoa Santa" (Minas Gerais), relativamente antigo (atribui-se-lhe hoje uns dez mil anos), o qual nada tem de mongolóide. Agora, ao aceitar-se uma antigüidade maior para o povoamento do continente, é inclusive absurdo insistir na unidade mongolóide dos povoadores, já que não existiam mongolóides quando se iniciou a migração, mas apenas *pré ou proto-mongolóides*, ou seja, um estoque racial menos especializado, do qual mais tarde evoluiriam os mongolóides atuais (que parecem constituir uma especialização bastante recente às condições de frio extremo da Ásia Setentrional). Os proto-mongolóides que passaram à América viveram aí em condições de meio-ambiente muito variadas durante milênios, sendo altamente provável que tenham sofrido mutações e variações genéticas, paralelas às que estavam ocorrendo na Ásia. Por outro lado, ondas mais recentes de povoamento asiático podem, sem dúvida, haver trazido à América mongolóides autênticos.

A idéia de um povoamento heterogêneo em diversas ondas, defendida entre outros por Paul Rivet (para quem tais ondas seriam: asiática, australiana, melanésia e polinésia), recebe algum apoio de elementos derivados do estudo lingüístico. Parece difícil, se se partir da idéia de um único movimento migratório homogêneo, explicar como, em poucas dezenas de milênios, se formaram as duas mil e seiscentas línguas, pertencentes a diversos grupos lingüísticos (alguns já residuais), que existiam no

continente americano ao começar a conquista européia. O esquema de Rivet foi substituído por outros, mais apoiados na arqueologia, baseados por exemplo nas mudanças de tecnologia: é verdade que um novo elemento técnico pode provir de invenção paralela, do contato cultural ou comercial sem migração, ou da migração de grupos numericamente ínfimos. Parece bem estabelecida, através de numerosos indícios culturais, a ocorrência de contatos através do Pacífico: estes seriam tardios, posteriores a 3 000 a. C., e talvez se tenham dado em diversas ocasiões, até fins da era pré-colombiana.

A América pode ser atingida pela região do estreito de Bering, pelo Atlântico e pelo Pacífico (para não mencionar a hipótese antártica de Mendes Correa). Sabe-se que os vikings colonizaram a Groenlândia (séculos X-XVI d. C.) e atingiram a América do Norte, sem ter tido impacto discernível sobre as culturas indígenas. Pretendeu-se igualmente postular um povoamento pré-histórico através da navegação transatlântica na época do Magdaleniense europeu (por volta de 12 000 a. C.), hipótese que repousa em bases muito frágeis, como também a que menciona possíveis influxos negróides africanos. Já vimos que os contatos transpacíficos são indubitáveis, mas tardios: além disto, podem ter-se dado tanto no sentido oeste-leste quanto no sentido contrário. Quanto ao caminho principal, o de Bering, como não está provada a existência há 40 000 ou mesmo 20 000 anos atrás de embarcações capazes de atravessar o estreito, a maioria dos pesquisadores

vincula as primeiras migrações à última glaciação, quando a água retida nas geleiras continentais fez baixar o nível do mar, aparecendo na região do estreito e das ilhas Aleutas todo um subcontinente, a "Beríngia". C. A. Chard, C. J. Heusser e P. Bosch Gimpera sugerem que possivelmente devemos distinguir duas rotas: uma, costeira e mais antiga (talvez durante a fase glaciar de Farmdale, entre 40 000 e 30 000 a. C.), seguida por caçadores e pescadores adaptados a um ambiente ártico de tundra, que pelo sul da ponte de Bering ou pelas Aleutas passaram ao sul do Alasca, contornando o que é hoje o litoral do Canadá e chegando ao oeste dos atuais Estados Unidos; a outra, interior e posterior, de caçadores avançados já providos de projéteis com ponta de pedra, numa fase de parcial retirada glaciar (talvez a de New Haven, entre 15 000 e 14 000 a. C.), quando se abriu o corredor do Mackenzie, interrompendo localmente a barreira das geleiras continentais: estes novos povoadores teriam avançado do norte canadense ao centro dos Estados Unidos de hoje. É interessante notar que, na atualidade, o estreito de Bering às vezes se congela e pode ser atravessado a pé.

A questão de determinar o nível cultural dos primeiros povoadores é objeto, já o veremos, de grandes polêmicas, complicadas pela insuficiência de conhecimentos sobre a pré-história da Sibéria a leste do rio Lena. É verdade, aliás, que nada impede que grupos humanos do Sudeste Asiático e da China, subindo pela costa da Ásia, hajam também

passado à América: vários autores defendem correlações culturais segundo esta hipótese. Falta ainda, de fato, um estudo sistemático de tipo comparativo, e em grande escala, dos utensílios pré-históricos de ambos os lados do estreito de Bering (na linguagem técnica da arqueologia, tratar-se-ia de uma análise e correlação multivariável de artefatos e complexos).

Existiu na América uma etapa cultural anterior ao Paleolítico Superior?

Há muita discussão a respeito de saber se, anteriormente aos caçadores especializados de grandes animais, armados de projéteis com ponta de pedra, a América conheceu uma etapa cultural cujas características seriam: 1) o caráter tosco e não-especializado dos utensílios (pedras talhadas por percussão e não por pressão), com ausência de pontas de projétil de pedra, e portanto da possibilidade de atacar frontalmente os grandes mamíferos, furando a sua dura pele; 2) um modo de vida baseado na coleta e na caça não-especializadas (subsistência dependente da coleta de frutas, raízes, animais pequenos, filhotes, animais grandes doentes ou então caçados por meios indiretos, fazendo-os cair em armadilhas, afundar-se em pântanos, etc.); 3) uma densidade de população muito baixa, devido ao nível primitivo das forças produtivas, o que se reflete, no registro arqueológico, em um número pequeno (se compa-

rado com o de fases seguintes) de sítios pré-históricos[3] que possam ser atribuídos a esta etapa.

As provas arqueológicas disponíveis para afirmar a existência de tal etapa cultural são até agora mais numerosas na América do Sul, mas também existem no que hoje são o México e os Estados Unidos. As dúvidas permanecem devido a uma série de fatores: 1) certos sítios que se pretende atribuir a tal etapa são superficiais, impedindo uma datação confiável, e outros nunca foram datados; 2) em certos casos fez-se a datação pelo carbono 14, que indicou grande antigüidade, mas tais datas foram depois revistas ou postas em dúvida; 3) às vezes a datação do sítio é segura, mas contesta-se que os artefatos descobertos o sejam de fato: seriam apenas formações naturais de pedra, não-devidas à fabricação humana; 4) muitos sítios são tão pobres que não é possível afirmar a ausência de elementos do Paleolítico Superior (pontas de projétil, por exemplo) com qualquer certeza, não sendo representativa a amostra que proporcionam; 5) finalmente, grupos humanos tecnicamente avançados podem fabricar, para certos fins, utensílios de aparência tosca: não são propriamente arcaísmos, e sim o resultado de que necessidades semelhantes, ao voltarem a aparecer, levaram a respostas técnicas parecidas.

No conjunto, porém, o ceticismo tem diminuído, e cada vez mais especialistas aceitam a existência dessa etapa cultural americana prévia ao Paleolítico Superior.

(3) Sítio pré-histórico é uma localidade na qual foram encontrados restos arqueológicos de assentamentos humanos da Pré-História.

Ao aceitar-se isto, surge de imediato outro problema. Na Europa, no Oriente Próximo e na África, as técnicas anteriores ao Paleolítico Superior aparecem associadas a hominídeos fósseis[4] (*Homo habilis*, *Homo erectus*, o *Homo sapiens neanderthalensis* e seus contemporâneos). Ora, já vimos que na América não há qualquer sinal de tais hominídeos anteriores ao *Homo sapiens sapiens*. Ocorre, porém, que a Ásia meridional e oriental apresentava, no Paleolítico, um caráter conservador na sua tecnologia lítica:[5] o Paleolítico Superior siberiano, por exemplo, só se desenvolveu em fase cronológica absoluta correspondente ao Mesolítico europeu. Assim, teria havido simplesmente uma transferência à América de um atraso tecnológico (e no modo de vida) já presente nas regiões de origem dos primeiros migrantes.

(4) Chamamos hominídeos a um grupo de mamíferos da ordem dos Primatas que inclui o homem atual (*Homo sapiens sapiens*) e seus predecessores fósseis em linha direta, além de alguns ramos colaterais extintos sem descendência, como os Australopitecos da África.

(5) Formas de fabricação de objetos ou utensílios de pedra. O homem pré-histórico usava madeira e outras matérias-primas além da pedra, mas só esta se conservou no registro arqueológico na maioria dos casos, sendo por tal razão tomada como critério de classificação dos grupos humanos da Pré-História.

O Paleolítico Superior

Se a fase precedente é objeto de controvérsia, hoje ninguém duvida de que, durante vários milênios, principalmente entre 11 000 e 7 000 a. C., em várias partes do continente americano, grupos humanos dotados de uma tecnologia lítica que incluía as pontas de projétil hajam caçado grandes animais atualmente extintos, do período Pleistoceno: mamutes; bisões, cavalos e camelos fósseis; megatérios, mastodontes, etc.

O exame dos restos arqueológicos correspondentes a este Paleolítico Superior americano mostra principalmente o seguinte: 1) a proliferação dos sítios, indicando maior densidade demográfica em função de uma tecnologia mais eficiente; 2) uma sucessão de tipos de pontas de projétil e outros artefatos que indica uma diversidade ou regionalização cada vez maior dos complexos técnicos; 3) a persistência paralela da antiga tradição lítica ligada à caça e coleta não-especializadas da etapa anterior, com modificações.

Discute-se muito a questão da origem das pontas de projétil americanas: difusão a partir da Ásia ou invenção independente na América? A última hipótese parece mais provável, por razões tipológicas e cronológicas, em particular para as pontas altamente especializadas da tradição chamada *Llano* (Clovis, Folsom, Scottsbluff, etc.), podendo-se admitir uma origem asiática para o tipo mais generalizado (ou seja, menos especializado) e aparente-

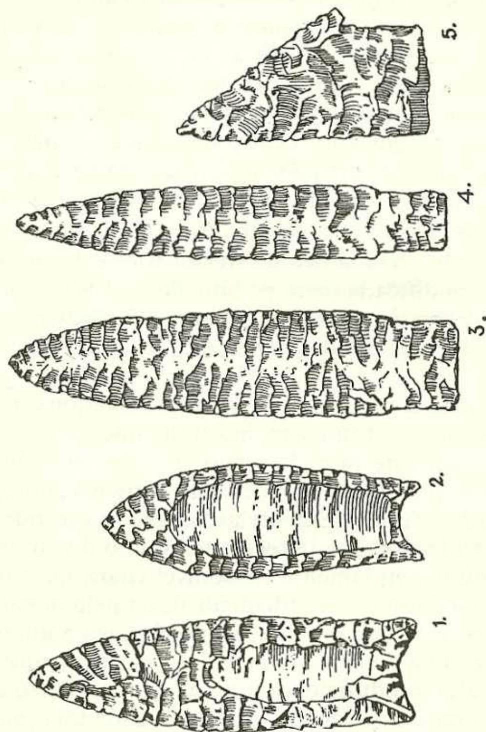


Fig. 1 — Objetos líticos do Paleolítico Superior americano. (1) Ponta Clovis; (2) Ponta Folsom, (3) Ponta Scottsbluff; (4) Ponta Eden; (5) Faca Cody. (Fonte: G.H.S. Bushnell, Les premiers Américains, *Paris-Bruxelas, Sequoia-Elsevier, 1969, p. 16.)*

mente mais antigo de pontas, ligado à tradição chamada *Plano*. Porém, certos autores (Cruxent, Brennan) postulam uma invenção sul-americana — na atual Venezuela — das primeiras pontas de projétil (sítio de Muaco, entre 14 400 a. C. ± 400 e 12 300 a. C. ± 500; fase contemporânea do sítio de Camare). Já as pontas *Llano*, mais aperfeiçoadas e especializadas, têm o seu centro de difusão, a partir de aproximadamente 10 000 a. C., na região norte-americana que se estende do leste do Arizona até o noroeste do Texas e o sul do Wyoming, daí passando ao resto da América do Norte, ao México e — em forma modificada (com pedúnculo e às vezes em forma de "rabo de peixe") e em menor densidade — chegando à extremidade meridional da América do Sul.

Pesquisas como as de MacNeish e sua equipe no vale mexicano de Tehuacan mostram que seria errado imaginar este período como se *todos* os habitantes da América fossem principalmente caçadores de animais grandes. Em certas áreas, os grandes herbívoros pleistocenos parecem ter sido o único recurso natural amplamente disponível (para os que dispusessem das técnicas adequadas), ou pelo menos eram um recurso tão abundante que chegava a inibir a exploração de outros tipos possíveis de alimentos, devido à alta produtividade da caça especializada. Em outras regiões americanas, porém, uma tal especialização seria impossível ou pouco produtiva. Assim, em Tehuacan, durante a fase que os arqueólogos chamaram "Ajuereado" (10 000-7 200 a. C.), o modo de vida pode ser classificado como baseado sobretudo na coleta de plantas e animais e não na caça especializada, embora o grupo ali residente dispusesse de pontas de projétil e sem dúvida *também* caçasse.

Devemos, pois, imaginar dois conjuntos pan-continentais de complexos líticos, refletindo dois modos de vida básicos (caça e coleta generalizadas por um lado, caça especializada por outro lado), mas evidentemente sob mútua influência. Em particular, os grupos dedicados ao modo de vida menos especializado — provavelmente mais antigo — em muitos casos adotaram uma tecnologia mais avançada do que aquela de que dispunham no passado.

O Mesolítico

O fim do último período glaciar, marcando o início da transição entre o Pleistoceno e o Holoceno ou período geológico atual, começou na América com atraso em relação à Europa, entre 8 800 e 7 000 a. C. Por volta de 6 000 a. C., completou-se a retirada das geleiras e abriu-se uma fase quente e seca que se prolongou até 3 000 a. C. Aproximadamente em 2 500 a. C., a situação climática se tornou muito semelhante à atual. O nível do mar, com a retirada das grandes geleiras continentais, subiu gradualmente até 3 000 a. C., terminando de cobrir as plataformas continentais, nas quais surgiu um ambiente

propício à multiplicação de moluscos, crustáceos e peixes, em zonas marinhas mais rasas (antes, durante o auge da glaciação, passava-se abruptamente do litoral a grandes profundidades marinhas, estando a plataforma continental a descoberto). A fauna típica do Pleistoceno sofreu um lento processo de extinção, posterior ao europeu. Tal processo já ia avançado por volta de 7 000 a. C. (embora na região costeira do Rio Grande do Sul vivessem megatérios, cavalos fósseis, mastodontes e outros mamíferos do Pleistoceno em 5 000 a. C., e por mais que ainda houvesse mastodontes no Ohio, Michigan e Indiana em 3 500 a. C.). A flora também se modificou, lenta mas radicalmente, em muitas regiões.

Evidentemente, todas estas transformações teriam por força que suscitar mudanças de peso no modo de vida e nos padrões tecnológicos dos habitantes do continente americano. Tais mudanças não foram repentinas, mas graduais, e se deram mais em certas zonas da América do que em outras. Em termos globais, porém, não há dúvida de que a grande caça especializada recuou entre 7 000 e 3 000 a. C., em favor de uma diversificação e regionalização crescentes dos modos de vida e das culturas pré-históricas, reveladas pelo registro arqueológico. Nisto o Mesolítico americano se parece com o da Europa, embora o mesmo não ocorra no plano das tipologias de artefatos (os "microlitos" típicos do Mesolítico europeu só apareceram, depois de 5 000 a. C., nas regiões árticas da América).

Às modalidades de subsistência que já existiam

anteriormente, e que se mantiveram em certas regiões, com modificações — coleta e caça generalizadas; caça especializada —, outras vêm juntar-se: exploração especializada de moluscos e outros recursos marinhos, pesca marinha ou fluvial, coleta vegetal especializada, etc. Por outro lado, a não ser o modelo ártico baseado na caça de mamíferos marinhos e na pesca, muito especializado por razões ligadas a um meio ambiente peculiar, os diversos modos de subsistir também se misturaram em muitos casos e em graus diversos.

O velho modo de vida baseado na *caça e coleta generalizadas* se manteve sobretudo em regiões de bosques. Tratava-se de combinar um grande número de alimentos selvagens vegetais e animais, procurando a garantia de uma dieta suficiente e equilibrada ao longo das diversas estações do ano.

A *caça especializada* desenvolveu-se nos planaltos do Canadá, antes cobertos pelas geleiras, mas agora por prados; continuou predominando até mais ou menos 5 000 a. C. em vastas regiões canadenses e dos Estados Unidos e México atuais, até que a desertificação a tornou impossível no sudoeste norte-americano e em partes do México. Mas na Patagônia, por exemplo, continuou existindo até a chegada dos europeus.

A *exploração especializada de recursos aquáticos* deu lugar a modos de vida variados, baseados na pesca marinha e fluvial (pesca do salmão no rio Colúmbia, pesca marinha na costa do Peru e do Chile, etc.), e na coleta de moluscos, responsável

pela formação de "restos de cozinha" que, amontoando-se, formaram os sambaquis em muitas regiões costeiras do Atlântico e do Pacífico, tanto na parte norte quanto na meridional do continente. Alguns sambaquis são bastante antigos, com 9000 anos ou mais, enquanto a pesca especializada parece ser mais recente (estabelece-se entre 5000 e 4000 anos atrás, e às vezes bem mais tarde).

A *coleta vegetal especializada* caracterizou diversas partes do México e o sudoeste dos Estados Unidos, além de uma porção da zona andina centro-meridional da América do Sul. Em certos casos, surgem no registro arqueológico moendas de pedra e também os indícios dos primórdios da agricultura.

Por fim, temos o *modo de vida dos esquimós*, ou ártico, baseado na caça do caribu e de mamíferos marinhos e na pesca.

A arqueologia reflete a grande variedade das modalidades de subsistência — muitas das quais continuaram vigentes em certas regiões americanas até a conquista ou mesmo até hoje — e também a diversificação e regionalização já mencionadas dos complexos líticos, sinal de uma crescente estabilização de dados grupos humanos em regiões delimitadas.

A organização social dos grupos humanos pré-agrícolas

Os antropólogos e arqueólogos neo-evolucionistas norte-americanos, adaptando o esquema de L. H. Morgan para adequá-lo às descobertas da etnologia e da arqueologia nos últimos cem anos, abandonaram a noção de "horda primitiva" para a caracterização dos grupos de caçadores e coletores, substituindo-a pela de "bando".

Um bando é sobretudo uma associação residencial de famílias nucleares ou restritas, segundo um sistema exogâmico e virilocal (os homens de um bando devem buscar esposas em outros bandos, e estas vêm residir no bando dos maridos). O fundamento econômico do bando é a divisão do trabalho segundo o sexo, sendo a caça uma atividade masculina (e cooperativa) e a coleta uma atividade feminina (e individual). Os direitos de uso sobre os territórios de caça e coleta são coletivos. O produto da caça sofre um processo de redistribuição imediata, de circulação instantânea, segundo regras de reciprocidade, de tal forma que todo membro do bando se beneficia (em maior ou menor grau) com cada animal abatido e, no conjunto, cada família recebe uma quantidade equivalente. Já o produto da coleta (vegetais, pequenos animais) se destina em princípio a cada família. Os caçadores cooperam entre si. Notou-se que um bando gira, numericamente, ao redor de vinte e cinco pessoas na maioria dos casos, o que significa de seis a oito homens adultos formando um grupo de caça. Os bandos correlacionados integram uma "tribo dialetal", com umas quinhentas pessoas: a quantidade de indivíduos que, nesse nível técnico, podem manter uma identidade comum sem controle político institu-

cionalizado (que inexiste: os bandos são *anarquias* no sentido etimológico do termo), através de relações pessoais diretas suficientemente intensas e íntimas. O nomadismo, implícito neste tipo de organização, obriga a reduzir ao mínimo os objetos fabricados e usados. A base social é o parentesco simples, sem o desenvolvimento de linhagens, genealogias longas e culto de antepassados. Não há especialistas de tempo completo (já que todos os adultos se devem dedicar à obtenção de alimentos), mas pode haver algum comércio entre bandos devido a uma distribuição desigual dos recursos naturais disponíveis para cada bando. Idade e sexo são os únicos elementos de diferenciação social, pois o poder, baseado na influência e no prestígio pessoais, não traz privilégios, sendo horizontal, ocasional e temporário nas suas formas de existência (assim, pode haver o chefe de uma caçada, um ancião que dirige o culto por conhecer melhor o ritual, etc.).

A arqueologia do Novo Mundo mostrou que, como em outras partes do globo, o habitat dos caçadores-coletores pré-históricos alterna com freqüência a concentração em macrobandos, ocupando acampamentos maiores, nos períodos do ano em que a subsistência, mais abundante, é obtida mais facilmente, com a dispersão em microbandos durante os meses mais difíceis.

Que dizer sobre o modo de produção dos caçadores-coletores? A noção de "bando" satisfaz certos requisitos para uma descrição empírica e uma classificação social em comparação com outros tipos, o

que pode ser útil; mas dificilmente pode servir de base para a construção de um modo de produção específico (houve, porém, tentativas nesse sentido: *cf.* por exemplo Jean-Claude Willame, "Recherches sur les modes de production cynégétique et lignager", *in L'Homme et la Société*, n.º 19, janeiro-março de 1971, pp. 101-119). Por outro lado, o esquema tradicional marxista, com sua "horda primitiva" e seu "comunismo primitivo" (ou "comunidade primitiva"), que no fundo inclui sociedades profundamente heterogêneas sob uma etiqueta única, exige uma revisão urgente. Até agora, porém, não podemos dizer que os resultados da discussão desenvolvida nas últimas décadas nesse sentido sejam satisfatórios.

Em casos favoráveis, quando a caça abundante de grandes animais ou a pesca ou coleta especializadas permitem o surgimento de um excedente econômico acima do consumo imediato, é possível, mesmo em sociedades pré-agrícolas, o surgimento da organização tribal, mais complexa do que a dos bandos. Como, no entanto, a generalização das sociedades tribais se dá principalmente com a difusão da agricultura, deixaremos para mencionar adiante as características desta forma de organização social.



SOCIEDADES AGRÍCOLAS PRÉ-URBANAS

A "revolução neolítica" e sua difusão

A noção de uma "revolução neolítica", entendida como um conjunto vinculado de invenções — domesticação de plantas e animais, cerâmica, polimento da pedra, tecelagem —, significando principalmente a transição de grupos humanos da situação de predadores da natureza à de produtores, foi popularizada há meio século pelo grande arqueólogo australiano V. Gordon Childe (ver, por exemplo, *O Homem Faz-se a Si Próprio*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1947, pp. 97-142). É verdade que tal autor tinha plena consciência de que algumas dessas invenções puderam preceder o Neolítico pleno, embora só em tempos neolíticos encontremos a sua vinculação coerente num tipo dado de sociedade e em novas possibilidades abertas aos grupos humanos (sedentarismo,

surgimento de aldeias e da organização tribal avançada, produção de um excedente além do consumo imediato, etc.).

Hoje, a noção de "revolução neolítica", sem ser abandonada, sofreu diversos ataques que pelo menos a relativizaram. Em primeiro lugar, tal expressão pode dar a idéia de algo rápido e "explosivo", quando na verdade se estendeu por milênios, coisa que é ainda mais verdadeira na América. Por exemplo, em Tamaulipas (nordeste do México atual), entre o VII e o I milênio a. C., a proporção das plantas cultivadas na alimentação passou de 5 para 50%. É indubitável, porém, que, se recolocarmos as transformações neolíticas na perspectiva temporal global da pré-história humana, elas parecerão rapidíssimas comparadas com os dois milhões de anos (pelo menos) do Paleolítico, muito menos ricos — salvo na sua fase terminal (Paleolítico Superior, Mesolítico) — em invenções e mudanças radicais do que os escassos milênios do Neolítico. Por outro lado, atualmente está demonstrado pela arqueologia que não há vinculação *necessária* entre as invenções neolíticas (nem ao nível de seu aparecimento, nem de sua difusão a outros grupos), embora seja verdade que os grupos humanos que se desenvolveram mais foram os que as reuniram todas. Assim, a cerâmica pode preceder a agricultura (como talvez haja acontecido em algumas regiões costeiras do Mar das Caraíbas); ou, pelo contrário, pode ocorrer uma longa fase agrícola pré-cerâmica (como na Meso-América e na costa do Peru). Na região dos Grandes Lagos norte-ameri-

canos, grupos de caçadores usavam já instrumentos de metal (cobre martelado) no II milênio a. C. A presença de machadinhas de pedra polida está também demonstrada entre grupos não agrícolas. Mas é igualmente certo, por exemplo, que a cerâmica só se desenvolve plenamente entre grupos sedentários, sendo frágil demais para ser transportada constantemente sem perigo ou incômodo; além do que, sendo uma das suas utilidades básicas a de guardar coisas, é lógico que seja mais útil para sociedades que dispõem de estoques e excedentes para armazenar (coisa muito mais freqüente entre agricultores do que entre caçadores, pescadores e coletores).

Acreditava-se no passado ter existido um só foco de desenvolvimento da agricultura e da criação, situado no Oriente Próximo, do qual tais atividades progressivamente se estenderam, ganhando outros ambientes aos quais se adaptaram através da domesticação de novas espécies vegetais e animais. Agora acredita-se na pluralidade de focos da "revolução neolítica". Em particular, é hoje bastante difundida a opinião de ter ocorrido uma invenção da agricultura na América, independentemente do Velho Mundo, embora haja alguns problemas ligados à origem botânica de certas plantas e à prioridade geográfica de sua domesticação. Assim, a mais antiga das espécies vegetais domesticadas no continente americano, a cabaça (*Lagenaria siceraria*), não tem um antepassado selvagem na América — ou ainda não foi descoberto; além do mais, era cultivada tanto na periferia da Meso-América quanto no Sudeste Asiático por

volta de 7 000 a. C. O algodão americano, pertencente a duas espécies distintas, parece resultar de hibridação de espécies selvagens americanas e do Velho Mundo. E o amendoin, típico da agricultura americana, também parece ter sido encontrado em sítios neolíticos da China.

No caso da América, a domesticação de plantas foi incomparavelmente mais rica do que a de animais — quiçá pela ausência, na fauna holocena americana, de grandes mamíferos domesticáveis. De maneira simplificada, podemos distinguir os seguintes focos do *Neolítico americano:* 1) a Meso-América, a partir de 7 000 a. C. aproximadamente, e tendo como domesticações principais o milho, o feijão, a pimenta, a cabaça, o cacau, uma espécie comestível de cão e o peru; 2) a Zona Andina Central (onde só a costa foi realmente estudada quanto às origens agrícolas), a partir de mais ou menos 5 000 a. C., com a batata, a quinoa, a cabaça, o feijão, o lhama; 3) em região e época ainda não-determinadas (talvez no noroeste da América do Sul), foi domesticada a mandioca. As possíveis relações e permutas entre tais focos neolíticos não são conhecidas, embora haja especulações pouco fundamentadas a respeito.

Sempre em forma simplificada, podemos dizer que o Neolítico americano, ao difundir-se a partir dos seus focos, originou duas grandes *tradições agrícolas*: uma baseada na semeadura, colheita e armazenamento de grãos de cereais e leguminosas (milho, feijão, amaranto, quinoa); a outra, na plantação de mudas, produzindo raízes e tubérculos (batata, man-

dioca, aipim, batata-doce). A Fig. 2 mostra, por outro lado, a distribuição dos três principais *complexos agrícolas* americanos: o andino (no qual o milho teve desenvolvimento maior só tardiamente, desempenhando a batata um grande papel); o do predomínio do milho; e aquele em que predominava a mandioca. Como a agricultura ganhou no continente americano meios ambientes naturais e culturais variadíssimos, deu origem a *sistemas agrários* muito heterogêneos, que se escalonavam desde uma agricultura primitiva e itinerante, praticada como atividade subsidiária extensiva de baixa tecnologia por grupos coletivistas que continuavam sendo basicamente caçadores-coletores, até uma agricultura sedentária, intensiva, tecnologicamente mais elaborada (por exemplo, utilizando a irrigação), e com um esboço ao menos do desenvolvimento da propriedade privada sobre a terra. Seja como for, a agricultura antiga do Novo Mundo apresentava certas deficiências técnicas quando comparada globalmente à do Velho Mundo: uso exclusivo da enxada e de bastões pontudos para semear, ausência do arado (talvez por faltarem grandes animais domésticos capazes de puxá-lo; o mesmo fator explicaria também o não-surgimento de veículos com rodas); falta de uma associação íntima entre agricultura e criação de gado; não-desenvolvimento do uso abundante de metais para confecção de instrumentos agrícolas (tal desenvolvimento foi tardio mas importante no Velho Mundo, sendo muitíssimo menos discernível na América).

Partindo dos focos de seu descobrimento, o



Fig. 2 — Os complexos agrícolas pré-colombianos. (Fonte: *João Frank da Costa*, Evolução Cultural da América Pré-Colombiana, *Brasília, MEC, 1978, diante da p. 46.)*

conhecimento da agricultura se difundiu a boa parte do continente americano: 1) a partir da Meso-América, a porções não-meso-americanas do atual México e aos Estados Unidos — embora se discuta a possibilidade de um Neolítico independente, por exemplo, no vale do Mississipi; 2) a partir do ponto de origem da mandioca e da Zona Andina Central, à Amazônia e depois à região dos rios Paraná e Paraguai; 3) a chamada "zona agrícola intermediária", que inclui as partes não-meso-americanas da América Central, as Antilhas e porções da América do Sul, sofreu a influência conjugada de todos os focos iniciais. Esta difusão foi lenta: à bacia do Paraná-Paraguai, por exemplo, a agricultura só chegou na segunda metade do I milênio de nossa era. O extremo meridional da América do Sul não chegou a conhecê-la em tempos pré-colombianos.

A descrição da domesticação de plantas e animais não responde à difícil pergunta: por que foi empreendida? Há algumas décadas, quase todos os pré-historiadores tendiam, como Gordon Childe, a ver os inícios agrícolas como uma resposta às drásticas mudanças ecológicas e climáticas que marcaram a passagem do Pleistoceno ao Holoceno. Acontece, porém, que alguns dos focos neolíticos melhor conhecidos — o Oriente Próximo e, na Meso-América, o vale mexicano de Tehuacan — são justamente regiões relativamente pouco afetadas por tais mudanças. Assim, novas hipóteses se desenvolveram. Um dos principais escavadores do Neolítico do Oriente Próximo, R. Braidwood, acredita numa causa-

lidade cultural: o Neolítico seria simplesmente a culminação de uma diferenciação e especialização culturais crescentes dos grupos humanos a fins da pré-história, e de um conhecimento cada vez mais profundo das plantas e animais existentes no habitat de cada um desses grupos. L. Binford preferiu buscar a resposta numa pressão demográfica causada por imigração, incidindo negativamente em certas regiões sobre a disponibilidade adequada de recursos pré-agrícolas, surgindo então a agricultura como solução. Certos autores utilizam tal hipótese em forma modificada, partindo de um crescimento vegetativo da população e não da imigração. Já K. Flannery considera a passagem da vida nômade de caçadores-coletores à sedentária de agricultores estáveis como um longo processo, marcado pelo fato de que certas plantas não respondem às tentativas de domesticação com qualquer efeito multiplicador drástico sobre os recursos disponíveis para a alimentação, enquanto outras — como o milho —, ao serem domesticadas e aos poucos aperfeiçoadas seletivamente pela própria domesticação (no caso do milho isto provocou muito notável aumento das espigas, por exemplo), permitem finalmente uma verdadeira "explosão", um aumento espetacular e exponencial dos recursos disponíveis. Para explicar o surgimento e desenvolvimento da agricultura no vale de Tehuacan, J. T. Meyers fundiu as hipóteses de Braidwood, Binford e Flannery num modelo único. Porém, trabalhando sobre uma região muito diferente — a costa central do Peru, onde os recursos terrestres eram complementa-

dos por abundantes recursos marítimos, e que certamente sofreu modificações mais graves ao terminar o Pleistoceno —, T. C. Patterson mostrou que tal modelo não é aplicável, sendo necessário elaborar outro. Assim, a questão das causas do surgimento da agricultura talvez tenha de receber respostas variadas segundo os casos, em função de circunstâncias e ambientes distintos.

Outro tema muito debatido é o da origem da cerâmica no Novo Mundo. A mais antiga cerâmica conhecida até agora no continente é a de Valdívia, na costa do Equador, de excelente qualidade e datada de 3 200 a. C. ± 150. Os arqueólogos B. Meggers, J. C. Evans e E. Estrada, baseando-se na semelhança com a cerâmica do período Jomon médio do Japão, e em ser difícil explicar de outro modo o aparecimento súbito de cerâmica de tão boa qualidade, defendem uma origem por contato asiático transpacífico, ponto dos mais discutidos. Como no caso da agricultura — mas sem paralelismo necessário com esta —, a difusão da cerâmica foi processo longo que não chegou a se completar em tempos pré-colombianos. Na Meso-América a mais antiga cerâmica conhecida é da segunda metade do III milênio a. C. (Puerto Márquez, 2 440 a. C.). No Peru, a cerâmica é bem tardia: aproximadamente 1 750 a. C. No caso do que é hoje o Brasil, a Amazônia a conheceu muito antes das regiões mais ao sul, onde a sua difusão ainda continuava na época do descobrimento.

A diversificação cultural dos grupos agrícolas pré-urbanos

Ao terminar a era pré-colombiana, em fins do século XV de nossa era, Pierre Chaunu propõe distinguir, quanto à agricultura e ao povoamento, três áreas no continente americano:

1) Uma primeira região de pequena extensão (2 milhões de km², 5% da superfície do continente) e alta densidade demográfica (continha 90% da população total da América pré-colombiana): a ilha hoje partilhada pelo Haiti e pela República Dominicana, os planaltos centrais do México, talvez uma parte da zona maia, a região dos chibchas da Colômbia, o setor quíchua-aimará dos Andes centrais. Esta região apresentava uma densidade média de 35 a 40 habitantes por km², permitida pela agricultura intensiva dos tubérculos, na ilha; principalmente do milho na Meso-América; da batata e do milho, nos Andes, incluindo as técnicas, em certos casos, a irrigação e a cultura em terraços.

2) Outra região, também de uns 2 milhões de km², a das planícies e planaltos maias, com uma agricultura do milho baseada no sistema de coivara, apresentava densidades de 2 a 5 habitantes por km². Certas porções do sudoeste norte-americano (Novo México, Arizona) haviam conhecido uma densidade comparável no passado, mas a partir de fins do século XIII d. C. as superfícies cultivadas diminuíram, engolidas pelo deserto que avançava.

3) No resto do continente — 35 milhões de km², ou 90% da superfície da América—, a coleta, a caça e a pesca, e quando muito uma agricultura bem primitiva, só permitiam densidades ínfimas e modos de vida nômades.

Esta situação constitui o ponto terminal e a expressão de um longo processo de diferenciação cultural que podemos considerar definitivamente iniciado quando, talvez por volta de 2000 a. C. na Meso-América, e de 1500 a. C. nos Andes centrais, generalizou-se o habitat baseado em aldeias sedentárias, possibilitado por uma agricultura estável e altamente produtiva. Foi-se formando, assim, a diferença entre o que os arqueólogos chamam de "área nuclear" (cultural e demograficamente) da América pré-colombiana, e as "culturas marginais": marginais segundo o duplo critério de serem menos desenvolvidas técnica e economicamente (caracterizando-se, devido a isto, por um peso demográfico muito menor) e de receberem por difusão muitos elementos culturais da "área nuclear" constituída pela Meso-América e pelos Andes centrais.

Deixaremos para o próximo capítulo a exposição do processo que conduziu, na Meso-América e na Zona Andina Central, às "altas culturas" americanas, com sua urbanização e seus Estados organizados.

Mencionaremos agora alguns exemplos de sociedades que, sem atingirem a etapa das cidades e dos Estados, mesmo assim exibiram complexos culturais bastante avançados, com esboços já claros de hierarquização social e a existência de um artesanato especializado de boa qualidade. A arqueologia permite detectar tais traços através dos enterros — que manifestam já clara diferenciação social, por exemplo, na cultura aldeã de Tlatilco, no México central (I milênio a. C.) — e da presença de *centros cerimoniais*. Estes últimos são conjuntos de edifícios que serviam de ponto de reunião, centro religioso e comercial, permanente ou ocasionalmente, a um conjunto de aldeias dispersas, ligadas por algum tipo de confederação ou chefia, e que uniram seus esforços para construir o centro cerimonial. Em certas partes da América, este precedeu a cidade e pode tê-la preparado (não necessariamente, porém); em outras, representou o símbolo do ponto máximo localmente atingido pela cultura em tempos pré-colombianos.

Entre as numerosas sociedades pré-urbanas da América que já apresentavam considerável complexidade cultural citemos como exemplos: as culturas *pueblo* do sudoeste dos atuais Estados Unidos, com apogeu entre 1100 e 1300 a.D.; diversas culturas do noroeste argentino (Zona Andina Meridional), principalmente na sua fase tardia (850-1480 a. D.); diferentes grupos da parte da América Central não-pertencente à Meso-América (mencionemos o centro cerimonial de Guayabo de Turrialba, no que é hoje a Costa Rica, cujo apogeu se deu entre 800 e 1300 a. D.); as culturas chibcha e de San Agustín (esta com sua fase final ou "epigonal" entre os séculos VI e XII d. C.) da atual Colômbia.

A cultura chibcha ou muísca quase não deixou

restos arqueológicos de tipo arquitetural, mas é relativamente bem conhecida por ter sido descrita por cronistas espanhóis. Desenvolveu-se nas savanas dos rios Bogotá e Chicamocho, a mais de dois mil metros de altura. Era politicamente uma confederação tribal com dois chefes supremos, o Zipa de Bogotá e o Zaque de Tunja. Havia chefes menores, constantemente em guerra uns com os outros. O Zipa e o Zaque eram chefes de caráter político-sacerdotal, hereditários segundo uma linha de sucessão matrilinear (o herdeiro sendo o filho da irmã do chefe). A agricultura, o artesanato e o comércio apresentavam desenvolvimento considerável. Havia feiras nos povoados. Trocavam-se com os povos vizinhos as produções locais — tecidos de algodão, sal, esmeraldas — por ouro e outros artigos. O trabalho dos metais — ouro, cobre e a liga chamada tumbaga — era bastante desenvolvido, em particular a ourivesaria. A religião ainda continha traços importantes dos cultos tribais de fecundidade. Existiam templos a deuses como o criador (Chiminigágua), o Sol, a Lua, o deus protetor dos comerciantes. Os mitos mencionavam um herói civilizador, Bochica. O culto incluía a imolação de adolescentes estrangeiros, que deviam atuar como intermediários entre os chibchas e o Sol, sendo sacrificados com facas de bambu em lugares altos. Os grupos sacerdotal e mercantil eram bem diferenciados.

A cultura chibcha nada tem de excepcional: como ela, muitíssimas outras de traços similares e nível comparável de desenvolvimento existiram em

diversas partes do continente. Porém, só aquelas para as quais, como é o caso dos chibchas, possuímos testemunhos escritos devido ao seu caráter tardio podem ser conhecidas em algum detalhe, já que a arqueologia não permite descer a pormenores das estruturas político-sociais e intelectuais, pela própria natureza das fontes que pode descobrir.

A organização econômico-social dos agricultores pré-urbanos

Na tipologia neo-evolucionista, os grupos agrícolas pré-urbanos caracterizam dois tipos de organização social, a tribo e a chefia.

As *tribos* são sociedades segmentárias, ou seja, subdivididas em unidades sociais cujo grau de integração é tanto maior quanto menores sejam: grupos multifamiliares (aldeias, linhagens), que exploram uma área de recursos comuns e formam unidades residenciais, por sua vez compreendendo famílias nucleares (formadas por um casal e seus filhos solteiros, embora possa haver também formas de poligamia) que são as células fundamentais da estrutura social. As relações de parentesco têm um caráter multifuncional, isto é, funcionam ao mesmo tempo como relações econômicas, políticas e ideológicas.

As sociedades tribais aldeãs conhecem a propriedade coletiva sobre os meios de produção. Um ou vários indivíduos são os depositários desta propriedade em nome do grupo. A redistribuição (que supõe

a existência de excedentes) se dá através das prestações de bens e serviços dos mais jovens aos mais velhos, e dos dons destes aos primeiros. Existe um poder permanente, não de caráter pessoal, mas ligado a funções exercidas, legitimado pela ideologia cujo núcleo é o culto dos antepassados. Os "mais velhos" (chefes de linhagens, adultos iniciados que passaram por certas provas, etc.) detêm um monopólio sobre a apropriação do saber necessário à reprodução do grupo e sobre certos bens aos quais se liga prestígio (escravos, artigos que servem à aquisição de esposas, etc.), os quais se trocam só entre iniciados. Não há propriamente exploração, pois os "mais jovens" terminam recebendo uma esposa e a iniciação que lhes permite libertar-se da tutela dos "mais velhos" e criar por sua vez uma rede de dependentes. Além disto, para manter a sua autoridade, os "mais velhos" às vezes devem praticar dons ostentatórios, mostrar-se generosos, o que inclusive pode levar a destruições rituais de bens (em banquetes, por exemplo). Embora não exista exploração de classe, certos autores (como C. Meillassoux) chamam a atenção sobre a exploração dos jovens (passageira) e das mulheres (irrevogável) nas sociedades baseadas em linhagens.

As *chefias* surgem quando há uma hierarquia de prestígio entre linhagens, chegando a ser hereditário numa delas o cargo de chefe. Ainda não há uma estratificação em classes sociais e a sociedade ainda se baseia no parentesco. Porém, o chefe, como redistribuidor dos bens que concentra, pode manter uma

corte, o que abre caminho a um artesanato especializado de alta qualidade, ligado aos hábitos suntuários, à construção de edificações importantes, etc. Algumas chefias incluem numerosas tribos e aldeias, formando às vezes confederações, no interior das quais há uma hierarquia que vai do chefe supremo aos chefes menores.

Acontece com as noções de tribo e chefia o mesmo que já havíamos notado para a de bando: são designações resultantes de uma comparação empírica entre sociedades no fundo muito heterogêneas, havendo mais interesse, ao estabelecê-las, em ressaltar as semelhanças do que em explicar as diferenças. Por isto, o seu valor é mais classificatório e descritivo do que explicativo e teórico.

A explicação marxista tradicional a respeito das sociedades tribais pré-urbanas baseia-se na noção de "comunidade primitiva". Foi elaborada em primeiro lugar por F. Engels, a partir dos trabalhos de L. Morgan. Segundo tal interpretação, à horda primitiva sucedeu o regime de clãs. A produtividade do trabalho, elevando-se, tornou possível a associação dos homens em grupos menores e mais estáveis do que as hordas iniciais de que provinham. Tais grupos, os clãs, permanecem, porém, em contato com o restante da coletividade maior de que procedem: os clãs derivados de uma mesma horda consideram-se aparentados. O casamento dentro do mesmo clã vem a ser proibido e os matrimônios passam a ser contraídos com membros de outros clãs derivados da mesma horda. O casamento, exogâmico no clã, mas endogâ-

mico na tribo, não é ainda individual, e sim por grupos (todas as mulheres de certos clãs são esposas de todos os homens de outros). Nessa primeira etapa, o regime de clãs é matriarcal, baseado no parentesco por linha materna (matrilinearidade). Isto porque, no casamento por grupos, a paternidade não pode ser estabelecida e a criança pertence ao clã materno. A mulher e o homem são então perfeitamente iguais do ponto de vista sócio-econômico. Com o início da agricultura, ela atinge mesmo a supremacia, pois se dedicava a esta e dirigia a comunidade (velhos, crianças) enquanto o homem estava quase sempre ausente, caçando ou guerreando.

A transformação da agricultura e da criação nas atividades econômicas principais, e do homem em pastor e agricultor, dão a ele a primazia, relegando a mulher a segundo plano na economia e na sociedade. O clã torna-se patrilinear (baseado no parentesco por linha paterna) e passa-se ao sistema do casamento patrilocal: a mulher, ao casar-se, passa a pertencer ao clã do marido, enquanto na fase anterior o casamento era matrilocal. O casamento por grupos desaparece, cedendo o lugar aos casais estáveis.

Finalmente, o progresso técnico, passando a permitir que uma família restrita (o casal e seus filhos) assegure a sua subsistência apenas com o seu trabalho, abre, junto com outros fatores, o processo de desagregação dos clãs, do surgimento da propriedade privada, das diferenças de classe e do Estado.

As críticas feitas à interpretação acima se avolumaram com descobertas etnológicas e arqueológicas

que mostraram sua fragilidade em muitos aspectos. Assim, e principalmente, o casamento de grupos, a noção de matriarcado, a idéia de uma anterioridade da matrilocalidade sobre a patrilocalidade, etc. são rejeitados decididamente, com base em sólida argumentação, pela grande maioria dos antropólogos não-pertencentes aos países socialistas. É também verdade que, apesar dos esforços e descobertas importantes dos arqueólogos e etnólogos soviéticos, no domínio da interpretação dos dados colhidos eles se prendiam até bem pouco tempo de maneira excessiva aos escritos dos fundadores do marxismo, com grande risco de se tornarem estreitos e dogmáticos em suas posições.

Recentemente, várias tentativas foram feitas no sentido de construir um novo tipo de teoria destas sociedades. Para M. Godelier, elas constituem de fato um campo heterogêneo de estudos, onde vários modos de produção poderiam e deveriam ser detectados. Outros autores — M. Sahlins, C. Meillassoux — propuseram o conceito de "modo de produção doméstico", ou "modo de produção de linhagens" (P.-P. Rey). A elaboração mais acabada parece ser a de Meillassoux (ver *Mujeres, graneros y capitales*, México, Siglo XXI, 1977, pp. 13-127). Contudo, tais estudos ainda não chegaram a resultados plenamente satisfatórios, sendo necessário o prosseguimento dos esforços teóricos e de pesquisa.



AGRICULTURA INTENSIVA E URBANIZAÇÃO: AS "ALTAS CULTURAS" PRÉ-COLOMBIANAS

A "revolução urbana"

O surgimento das cidades — sendo a distinção cidade/campo, segundo K. Marx, a primeira grande divisão social do trabalho — exige previamente o desenvolvimento da concentração populacional. Esta se liga a uma agricultura eficiente, que ao começar a urbanização seja capaz de alimentar a aglomeração urbana, permitindo pois uma divisão do trabalho entre produtores e não-produtores de alimentos. A "revolução urbana" — noção que também devemos a Gordon Childe — constitui o núcleo do processo que conduz das culturas tribais aldeãs às verdadeiras *civilizações*, ou seja, culturas extremamente com-

plexas, internamente diversificadas e sofisticadas, com altos graus de hierarquização e exploração sociais (surgimento da sociedade de classes), um Estado estruturado fora e acima das relações de parentesco e linhagem e dotado de um sistema de impostos e meios de coação, a invenção de sistemas de cômputo (sem os quais não há administração possível acima de certas dimensões do grupo social) e, em quase todos os casos — as civilizações peruanas sendo notável exceção —, o aparecimento da escrita.

Segundo Gordon Childe, dez critérios permitem distinguir uma cidade de uma aldeia ou povoado que não seja urbano:

1) o seu tamanho e população mais importantes;

2) o aparecimento de especialistas (administradores, sacerdotes, artesãos, etc.);

3) a formação de um "capital efetivo" (originado pelos tributos impostos aos produtores agrícolas);

4) a construção de edifícios e obras públicas em escala antes desconhecida;

5) a formação de uma "classe governante";

6) a invenção e uso da escrita;

7) os começos das ciências exatas baseadas na predição: matemática, geometria, astronomia, calendário;

8) uma arte com estilos conceptualizados e sofisticados;

9) o desenvolvimento do comércio exterior de objetos de luxo e matérias-primas;

10) os artesãos se tornam especialistas de tempo completo, devido à disponibilidade contínua de matéria-prima.

Os sociólogos que trataram do fenômeno urbano insistiram em critérios variados de definição da cidade: o mercado (M. Weber), a heterogeneidade social, as relações impessoais e o anonimato, a divisão do trabalho... Para o historiador, "cidade" é um termo cujas conotações são variáveis segundo os ambientes naturais e culturais, as sociedades e as épocas. O fato urbano é dinâmico, evolui com o tempo, o lugar, o nível das forças produtivas, e se define por oposição a estruturas rurais que são também variáveis.

Jorge Hardoy afirma que, na América pré-colombiana, uma cidade era uma aglomeração com as seguintes características e funções:

1) extensa e bem povoada para sua época e região;

2) um estabelecimento permanente;

3) com uma *densidade mínima para* sua época e região;

4) com construções urbanas e um traçado urbano indicado por ruas e espaços urbanos reconhecíveis;

5) um lugar onde as pessoas residiam e trabalhavam;

6) possuindo um mínimo de funções especificamente urbanas: ser um mercado e/ou um centro militar e/ou um centro político-administrativo e/ou um centro religioso e/ou um centro de atividades intelectuais, dotado das instituições correspondentes;

7) heterogeneidade e diferenciação hierárquica da sociedade, com residência urbana dos grupos dirigentes;

8) um centro de economia urbana para a sua época e região, cuja população dependesse até certo ponto da produção agrícola de pessoas que em forma total ou parcial não viviam na cidade;

9) um centro de serviços para as localidades vizinhas, de irradiação de um esquema de urbanização, e de *difusão de progressos tecnológicos;*

10) com uma forma urbana de vida distinta de uma forma de vida rural ou semi-rural para a sua época e região.

Se exigirmos a presença da totalidade destes critérios, foi Teotihuacan a primeira cidade mesoamericana, pelo menos a partir de 100 a. D. Nos Andes centrais, o urbanismo surgiu primeiro em sua porção meridional (talvez no século II a. C.), antes de generalizar-se ao conjunto dessa região cultural. Em suma: o fenômeno urbano se manifestou na América vários milênios depois de haver surgido pioneiramente no Oriente Próximo.

Chamemos a atenção para o fato de que, exatamente como aconteceu no caso do Oriente Próximo, as tentativas para vincular o surgimento de cidades e Estados organizados na América à agricultura de regadio, devido a que a irrigação em alta escala exigiria um poder forte e organizado que controlasse obras consideráveis como diques, canais, represas,

etc., não deram bom resultado. Um exemplo são as pesquisas neste sentido levadas a cabo no México por A. Palerm. Não apenas não conseguiu descobrir arqueologicamente sistemas realmente antigos de regadio, como também constatou que o sistema de controle sobre a irrigação, em tempos posteriores melhor documentados, não era de tipo concentrado, e sim de organização local. Naturalmente, isto não exclui que a irrigação tenha sido elemento importante na consecução de excedentes agrícolas para cidades e organizações estatais, mas enfraquece a hipótese causal "hidráulica" derivada das idéias de K. Wittfogel.

Outro problema histórico muito discutido é o de saber se, no I milênio d. C., os maias — povo da Meso-América responsável por uma das mais brilhantes civilizações indígenas — construíram cidades (em período posterior, o mundo maia sofreu influência mexicana, e surgiram indubitavelmente centros urbanos, embora não muito extensos). Esta é a opinião de S. Morley, que atribui caráter urbano às aglomerações maias, embora não se concentrassem em quarteirões apertados, e sim estivessem dispersas em extensos subúrbios e numa série de pequenas granjas. Os edifícios religiosos e públicos, por outro lado, em lugar de se colocarem ao longo de ruas, formavam grupos em torno de praças e pátios. Outros especialistas, como T. Proskouriakoff e E. Thompson, negam que sejam cidades: tratar-se-ia simplesmente de centros cerimoniais que serviam a numerosas aldeias dispersas. Uma razão da falta de grandes aglomerações poderia ser uma agricultura relativamente primitiva mas adaptada à ecologia regional, e um clima marcado por secas longas, sendo dispersas as fontes de abastecimento de água, não bastando os meios elaborados pelos maias para armazená-la para sustentar núcleos muito extensos e concentrados de população.

Seqüências histórico-culturais na Meso-América

A Meso-América

Foi em meados do II milênio a. C. que tomou forma a zona cultural que chamamos Meso-América e que agora passaremos a delimitar e definir.

As fronteiras meso-americanas foram variáveis segundo as épocas. De uma maneira geral, podemos considerar como meso-americanas as áreas de agricultura estável que ocupam a parte do México situada ao sul dos desertos setentrionais, a Guatemala e Belize, a parte oeste de Honduras, El Salvador, a parte sudoeste da Nicarágua e a península de Nicoya na Costa Rica. A fronteira norte foi particularmente variável: por exemplo, em 900 a. D. avançaram os caçadores-coletores em detrimento da zona agrícola.

A Meso-América apresentava as seguintes sub-regiões: 1) Noroeste: culturas de Colima, Jalisco e Nayarit; 2) Planalto mexicano: culturas de Teotihuacan, tolteca e asteca; 3) Costa do Golfo do Mé-

xico: culturas olmeca, totonaca e huasteca; 4) Zona maia: Iucatã, Campeche, Tabasco, parte de Chiapas e Quintana Roo (no México), Guatemala, Belize, Honduras ocidental; 5) México meridional (entre o vale do México e a zona maia): civilizações zapoteca e misteca.

As principais características culturais geralmente atribuídas à Meso-América são: 1) a agricultura baseada no bastão de semear e produzindo milho (preparado de maneiras peculiares: *tortillas*, *tamales*, etc.), cacau e maguei como plantas mais específicas; 2) a pirâmide escalonada ou em degraus, os pátios recobertos de estuque, os jogos rituais com bolas de borracha; 3) o sistema numérico vigesimal, os meses de vinte dias, o calendário duplo solar e litúrgico (lunar), os ciclos de 52 anos; 3) a existência da escrita: hieróglifos maias, glifos do México central (numerais, calendários, pictográficos, ideográficos e fonéticos, sendo estes últimos silábicos na sua maioria e apenas três alfabéticos; a "leitura" dos códices ou "livros de pinturas" era complementada por textos memorizados em escolas especiais); 4) outros elementos diversos, por exemplo, zarabatanas com projéteis de argila.

Do ponto de vista da história econômica, é mais interessante a classificação dos sistemas agrícolas e modalidades de povoamento proposta por Angel Palerm.

A *coivara* consiste em plantar os grãos com ajuda do bastão de semear (*huictli*) numa clareira ganha à selva cortando as árvores e queimando a

vegetação menor. Depois de um período que varia segundo a qualidade do solo mas nunca é muito longo, o rendimento começa a diminuir, o que conduz ao abandono da terra plantada, para que se reconstitua o bosque e se regenere o solo; uma nova clareira deve então ser conquistada à vegetação natural. Este ciclo agrícola, característico das terras baixas tropicais, funciona bem se as terras forem abundantes e se se abrirem novas clareiras com regularidade. Ao aumentar demasiado a população, a pressão sobre a terra pode ser solucionada pela migração ou pela redução do período de descanso e reconstituição da floresta, mas isto provoca rendimentos decrescentes. No sistema de *pousio curto*,[6] as maneiras de preparar e cultivar a terra não são diferentes, mas nas regiões de que se trata agora — terras altas temperadas ou subtropicais — é possível reduzir o período de descanso a dois ou três anos depois de uma fase de cultura de igual duração. Em certos casos, paralelamente à clareira plantada de milho, cultiva-se uma horta de alto rendimento devido ao uso de adubos (folhas, excrementos, detritos domésticos, etc.). Este sistema abre a possibilidade de uma população mais densa e implica a sedentarização. Por último, o *regadio*, que permite culturas permanentes pela eliminação do pousio e uma maior densidade e concentração demográficas: na Meso-Amé-

(6) Chama-se pousio o sistema agrícola baseado em deixar descansar uma certa porção das terras cultiváveis enquanto outra porção é trabalhada, com o fito de permitir a recuperação da fertilidade.

rica existiram sistemas de irrigação por canais e por ilhas flutuantes chamadas *chinampas*. Estas, utilizadas nos lagos do México central, permitiam rendimentos prodigiosos (de 300 a 500% segundo López de Gómara) ao usar plantas aquáticas, limo e excrementos como fertilizantes.

A periodização habitual da história meso-americana em pré-clássico ou formativo, clássico e pós-clássico, proposta entre outros por G. Willey e P. Phillips, é inadequada por basear-se em um critério esteticista duvidoso; como decidir, por exemplo, de maneira objetiva, que a arte maia clássica é "melhor" do que a asteca pós-clássica? Reconhecemos em tal periodização o ciclo organicista de tipo nascimento-desenvolvimento-morte (ou decadência). Para a história econômica-social, não tem evidentemente qualquer sentido.

A cultura olmeca e outras culturas contemporâneas (1 200-1 a. C., aproximadamente)

Este período viu os inícios de uma hierarquização social visível: representação de personagens com signos distintivos na arte olmeca, enterros luxuosos contrastando com outros simples em Kaminaljuyu (Guatemala) e no vale do México (Tlatilco), etc. Inexistiam então, porém, verdadeiras cidades. Surgiram os primeiros centros cerimoniais meso-americanos, os quais de qualquer maneira supõem uma agricultura suficiente para que durante uma

parte do ano bom número de pessoas se alimentasse sem cultivar a terra, já que trabalhava em grandes construções que exigiam supervisão, usando às vezes materiais trazidos de longe. Apareceram nessa fase alguns dos traços essenciais da cultura meso-americana: culto do jaguar (associado ao deus da chuva e/ou da Terra), centros cerimoniais orientados, escrita e calendário, formas primitivas da pirâmide escalonada, jogo ritual com bolas de borracha, etc.

O centro da cultura olmeca foi o sul de Veracruz e o norte de Tabasco, na zona tropical do Golfo do México: tal área central tem uns 18 000km² e, segundo I. Bernal, na época do apogeu olmeca teria uns 350 000 habitantes. O termo "olmecas" é tradicional mas falso: originalmente designava um grupo que vivia no sul de Veracruz em tempos históricos e nada tinha a ver com os monumentos antigos.

A. Caso chama a essa região de "Mesopotâmia da Meso-América", por ser muito irrigada por diversos rios; é também chuvosa. A dieta se compunha sobretudo de milho, feijão e abóbora, produzidos pela agricultura de coivara e ao longo das margens dos rios, complementada possivelmente pela caça e pesca. Os trabalhos executados nos centros cerimoniais supõem uma organização social relativamente hierarquizada, no nível de chefias e confederações tribais. A hipótese mais corrente é a do caráter sacerdotal do grupo dominante, mas hoje alguns pensam que se tratava de senhores leigos e que a cultura olmeca se difundiu por meio de uma classe de merca-

dores armados que iam até a Costa Rica, principalmente em busca de jade. O fato é que as construções são todas religiosas e funerárias, como também o uso que se fazia dos produtos vindos de outras regiões (basalto, pedra serpentina, jade). No sítio principal, La Venta, construído numa ilha, calculou-se que viviam 150 pessoas (o grupo dirigente com os seus servidores), graças a uns 18 000 camponeses dependentes disseminados nos arredores. Muita mão-de-obra seria necessária para transportar 5 000 toneladas de serpentina e grandes quantidades de basalto (pela navegação fluvial) vindas de 250 a 900 km de distância, e para a construção e reconstrução dos centros cerimoniais.

Os centros olmecas mais importantes foram San Lorenzo (1 200-900 a. C.), La Venta (1 000-600 a. C.) e posteriormente Tres Zapotes. No conjunto, podemos datar a cultura olmeca entre 1 200 a. C. e a época de Cristo.

Os olmecas não conheciam os metais; o jade era o minério mais precioso, e vinha de zonas distantes. Desenvolveram a escrita e o calendário, embora pouco haja restado a respeito. Sua cerâmica era de má qualidade, em contraste com a escultura monumental de pedra, muito bem feita. Muitos restos arqueológicos procedem de oferendas rituais, incluindo figurinhas de jade e peças de cerâmica. Não construíam estradas, usando os rios e trilhas naturais.

A zona de influência da cultura olmeca foi extensa. Tal influência, máxima entre 1 200 e 900 a. C. ("horizonte olmeca") foi diminuindo depois, em favor da proliferação de culturas locais mais ou menos autônomas. Não sabemos até que ponto puderam dominar politicamente territórios situados fora do seu núcleo; o certo é que foi a primeira grande cultura que associou os recursos e tradições do planalto e da costa na Meso-América. Pinturas olmecas foram achadas no Estado mexicano de Guerrero (centro-sul do México). Alguns afirmam que tiveram verdadeiras "colônias" no vale do México. As suas rotas comerciais, passando por Chiapas e pelo sul da Guatemala, atingiam a Costa Rica. Em Oaxaca (México meridional), a partir de 500 a. C., a fase *Monte Alban I* mostra influências olmecas (os relevos dos "dançarinos" e posteriormente um edifício com glifos; é verdade, porém, que Monte Alban I conhece a irrigação, uma arquitetura de pedra, escrita, calendário e religião mais desenvolvidos que os dos olmecas). A respeito da ampla influência olmeca, Miguel Covarrubias disse que "o estilo olmeca está ligado, de longe, mas palpavelmente, com a arte teotihuacana mais antiga, com o estilo chamado totonaca (El Tajín), com as formas mais antigas da arte maia e com os objetos zapotecas, os quais tendem a ser mais olmecas na medida em que sejam mais antigos". Daí que, para A. Caso, a cultura olmeca seja a "cultura-mãe" da civilização meso-americana.

Mencionaremos agora outras culturas contemporâneas à olmeca.

Nos arredores da cidade do México, em Morelos e em Guerrero, e com influências que atingem Co-

lima, Jalisco e Nayarit, desenvolveu-se desde mais ou menos 1 000 a. C. o chamado estilo de Tlatilco, com uma cerâmica característica, figurinhas de mulher (cultos de fecundidade), máscaras de argila, forte influência olmecóide (e, segundo alguns, também asiática). Infelizmente é mal conhecido em detalhe. Posteriormente, o vale do México conheceu outras culturas que são responsáveis pela base escalonada de Tlapacoya e pela pirâmide escalonada circular revestida de pedra e que tinha um templo no topo, de Cuicuilco. Certos autores pretendem que o sítio de Cuicuilco não pode explicar-se se não houvesse já uma agricultura altamente produtiva nas margens lacustres, ou através de *chinampas*.

Na área maia, culturas formativas baseadas em aldeias agrícolas e no milho surgiram entre 1 500 a. C. e a época de Cristo. Em Ocós, no litoral pacífico da Guatemala, alguns autores vêem influências asiáticas (cerâmica decorada com a impressão de cordas). Kaminaljuyu e Las Charcas, no vale de Guatemala, apresentam uma cerâmica avançada e, como Tlatilco, sinais de estratificação social. No século V a. C. surgiu na região guatemalteca de Peten a cerâmica de Mamom. O sítio de Tikal foi ocupado desde 600 a. C., e, entre 300 e 200 a. C., ali surgiram templos de tijolos cobertos de gesso; na mesma época temos santuários em Uaxactun e Kaminaljuyu. Os princípios da civilização maia parecem haver recebido indiretamente a influência olmeca por intermédio da cultura de Izapa (em Chiapas, no sul do México), situada ao longo da "rota do jade".

As civilizações do I milênio d. C.

Este é o período que foi chamado "clássico" ou, com critério ainda mais duvidoso, "florescimento das cidades teocráticas". A sociedade tornou-se mais complexa e hierarquizada, acredita-se que a agricultura fez grandes progressos, ampliou-se o comércio a longa distância e enfim a Meso-América entrou nos inícios da urbanização. Para esta fase contrasta a suntuosidade do registro arqueológico com a carência de fontes escritas, embora tenha ocorrido então o desenvolvimento da escrita, da numeração e do calendário, além do de uma arte diversificada.

A primeira cidade meso-americana, Teotihuacan, situada num vale do planalto central mexicano a nordeste da atual cidade do México, surgiu a partir de quatro aldeias, entrando em fase claramente urbana por volta de 100 d. C. O arqueólogo René Millon acredita que o seu apogeu populacional foi atingido entre 450 e 650 a. D. (85 000 habitantes), e que a máxima extensão do território urbanizado haja sido de uns 22 km^2; trata-se de cifras de peso para a época, não só no referente à América, mas ao mundo. Constava de um centro urbano planificado, contendo um imenso centro cerimonial com pirâmides e outros edifícios públicos, palácios, zonas artesanais com ruas dedicadas a atividades especializadas, blocos residenciais, tudo isto organizado num sistema de quarteirões quadrangulares (só os blocos residenciais eram uns 4 000), avenidas, ruas e praças, contrastando com o labirinto dos subúrbios, que não

eram planificados. Havia bairros de estrangeiros residentes (maias, zapotecas).

Várias hipóteses foram propostas para explicar o surgimento e expansão de uma cidade de tais dimensões, cujo planejamento e sucessivas modificações exigiam um poder político forte e bem estruturado. P. Armillas acredita que um sistema de agricultura de irrigação, utilizando as águas do rio San Juan e o armazenamento das chuvas, forneceu a base econômica necessária, mas A. Palerm não conseguiu detectar os seus restos arqueológicos. T. C. Patterson pretendeu explicar a prosperidade de Teotihuacan através do controle do comércio e da transformação de uma matéria-prima, a obsidiana, o que é simplista demais. Outros autores preferem enfatizar o papel de capital religiosa e centro de peregrinações de que a cidade indubitavelmente desfrutou durante séculos. Também se defendeu a hipótese de que teria dominado politicamente um grande império mesoamericano, sustentando-se com tributos. Isto se baseia em vínculos comerciais e estilísticos, arqueologicamente comprovados, com boa parte da Meso-América (Veracruz, Guerrero, o istmo de Tehuantepec, a Guatemala), e é no fundo incompatível com a visão tradicional e idealizada de Teotihuacan como civilização sacerdotal e pacífica (visão que se tem enfraquecido muito ultimamente). A cidade nunca foi fortificada, mas isto pode refletir simplesmente uma confiança arrogante na própria força.

A sociedade apresentava uma estratificação social avançada, com um grupo dominante diversificado e com grupos profissionais especializados e organizados. F. Katz acha possível que já então tenham surgido todos os grupos dominantes de cuja existência temos provas em épocas posteriores: uma casta de guerreiros tendendo à aristocracia hereditária (o fato de serem pouco representados artisticamente não significa que não existiam), uma aristocracia tribal, sacerdotes, mercadores (entre os quais se incluíam algumas mulheres) e talvez um esboço de burocracia estatal em processo de formar-se como grupo separado.

Teotihuacan necessitava obter matérias-primas inexistentes na sua região — algodão, cacau, plumas, jade —, e em troca exportava cerâmica e objetos de obsidiana. A cerâmica foi inclusive fabricada em série, usando-se moldes. Exportava-se uma cerâmica fina, que constratava com uma bem mais grosseira, não vendida no exterior ou usada cerimonialmente, e sim no dia-a-dia. Na verdade, tanto na cerâmica quanto nos magníficos afrescos policromados e outras manifestações artísticas (arquitetura de pedra, esculturas, máscaras de pedra) podem ser detectados vários estilos.

A religião contém todo o futuro panteão mexicano, com exceção de Huitzilopochtli e Tezcatlipoca. Encontramos nas posições dominantes Quetzalcóatl, a serpente emplumada, e Tláloc, o deus-jaguar da chuva. Os mortos eram provavelmente cremados.

Teotihuacan foi destruída e incendiada por volta de 750 a. D. As hipóteses a respeito variam desde revoltas camponesas internas até ataques externos,

mas a verdade é que não há dados que apóiem qualquer das explicações propostas.

No México meridional (Oaxaca) desenvolveu-se neste período a civilização zapoteca de Monte Alban, sobre cuja natureza — centro cerimonial apenas ou também centro urbano — se discute. Sob influência de Teotihuacan, surgiram edifícios em talude e murais policromos. Estes últimos foram encontrados em tumbas: ao contrário da religião teotihuacana, a dos zapotecas era dominada pelo culto funerário, com suas grandes urnas antropomórficas de cerâmica, muito decoradas. O sítio de Monte Alban se encontra em lugar alto, que domina três vales, e consta de plataformas e pirâmides organizadas em distintos níveis à volta de praças e esplanadas. Depois de 550 a. D., desaparece a influência de Teotihuacan. Constata-se então algum influxo cultural maia; na sua fase final, porém, a civilização zapoteca estava cada vez mais fechada e isolada. Monte Alban foi abandonado por volta de 950 a. D. (embora a sua cerâmica típica continuasse sendo fabricada por vários séculos), ao ser Oaxaca invadida pelos mistecas. No caso da civilização zapoteca, a arqueologia revelou sem lugar a dúvidas restos de obras para o regadio agrícola.

Na região costeira do norte de Veracruz, encontravam-se os centros de El Tajin e Tajin Chico (este posterior ao primeiro), pertencentes à cultura totonaca, cujo apogeu se deu entre 600 e 900 a. D., embora depois tenha continuado a existir até 1 200 a. D. O edifício mais característico é uma pirâmide

construída com pedras claras e contendo mais de trezentos nichos. A arqueologia regional revelou também esculturas de formas peculiares, finamente lavradas em pedra dura (chamadas "jugos", "machados" e "palmas"). Influências estilísticas totonacas foram detectadas em Chiapas e na região do Pacífico, até Honduras. Também há provas de relações com Teotihuacan. Nesta região tropical, com sua agricultura de coivara, não se desenvolveu um núcleo urbano ao redor dos centros cerimoniais.

Uma das mais famosas civilizações meso-americanas foi a maia, que ora atinge o apogeu nos seus principais centros de então: Tikal, Copan, Quiriguá, Piedras Negras, Uaxactun, Palenque, Yaxchilan, situados no sul do México (Chiapas, parte do Iucatã), na Guatemala e no oeste de Honduras. Os três centros principais — Palenque, Tikal e Copan — formam o chamado "triângulo maia clássico", ao qual se atribui o maior refinamento artístico e a criação dos elementos mais característicos da civilização dos maias.

A base econômica de tal civilização — a agricultura do milho pelo sistema de coivara — não permite grandes aglomerações, embora nas zonas mais secas fossem usados depósitos naturais (*cenotes*) e artificiais de água. Aparentemente, nos centros cerimoniais viviam o grupo dirigente e artesãos especializados apenas, enquanto à volta se disseminavam aldeias não-permanentes (já que a agricultura era itinerante). Já vimos que se discute o caráter urbano ou não dos centros maias.

Na interpretação mais antiga, também no caso maia se postulou o caráter pacífico e sacerdotal deste período. É verdade que o afresco de Bonampak (Chiapas) representa uma batalha, mas se argumenta que seria apenas uma escaramuça para capturar prisioneiros que seriam depois sacrificados. O sistema político era o de numerosas pequenas unidades independentes. As pedras esculpidas (estelas), afrescos e certas figurinhas de barro representam personagens que, segundo as interpretações, seriam soberanos ou sacerdotes. É certo que a multiplicação de insígnias simbólicas em suas complicadas indumentárias pareceria indicar um poder de função, mais do que pessoal.

Os centros religiosos tinham dimensões muito variáveis. Os menores constavam somente de uma pirâmide e um ou outro monumento adicional, e eram tributários de outros maiores, e estes de um grande centro como Tikal ou Copan. Em todos os centros cerimoniais achamos os mesmos elementos básicos — plataformas, pirâmides, pátios, calçadas, canchas do jogo ritual com bolas de borracha, estelas —, mas o caráter descentralizado dessa civilização se manifesta na grande variação de dimensões, execução e decoração. No conjunto, a arquitetura maia preocupava-se mais em distribuir grandes massas em espaços descobertos, desprezando o interior dos edifícios: os templos que coroavam as pirâmides eram pequenos, escuros, com cobertura de madeira ou em falsa abóbada.

A escrita hieroglífica só está parcialmente decifrada. A cerâmica, muito variada e de excepcional qualidade, incluía também maravilhosas estatuetas de barro modelado à mão (como todos os outros povos pré-colombianos, os maias ignoravam o torno do oleiro), descobertas em Jaina, na ilha de Campeche.

A religião parece ter suas origens em cultos da natureza e da fertilidade, com deuses da chuva (Chac), do vento e do milho. O velho deus do fogo, Itzamna, ocupava posição predominante. Havia também inúmeras divindades associadas aos pontos cardeais, à cosmologia e aos astros, aos meses, anos, dias e ciclos do calendário, etc. Os sacrifícios humanos existiam, mas parecem ter sido raros nesta fase. Ligadas à religião e ao calendário, a matemática e a astronomia tiveram entre os maias um desenvolvimento maior do que alhures.

A partir de 800 a. D., os centros cerimoniais maias foram abandonados um a um, havendo em certos casos sinais de violência. As hipóteses a respeito incluem o esgotamento do solo devido à pressão demográfica e quiçá tributária sobre a primitiva agricultura de coivara, provocando emigrações (porém, o vale do Copan, por exemplo, continuou habitado mesmo depois do fim do centro cerimonial), e revoltas camponesas.

A queda — ainda mal explicada — dos principais centros meso-americanos provocou o florescimento de centros cerimoniais secundários ou regionais, como El Tajin (Veracruz), Xochicalco (Morelos) e Cholula (perto da atual Puebla). Por outro

lado, o vazio de poder criado pela destruição das principais unidades políticas da região parece ter acelerado um processo, talvez já antigo, de infiltração para o sul de nômades setentrionais, chamados *chichimecas* na Meso-América. Mas a sua chegada maciça é por demais tardia para poder ser apresentada como causa da queda dos centros chamados "clássicos".

O último período da história pré-colombiana da Meso-América (aproximadamente 900-1 519 a. D.)

Esta fase se caracteriza, antes de mais nada, por dois grandes processos sócio-culturais. Em primeiro lugar, o encontro, várias vezes repetido, entre dois modos de vida, o dos agricultores sedentários e o dos guerreiros nômades, caçadores-coletores, provocando confusão e conflito, mas também mesclas diversas; com o novo elemento vindo do norte, acentua-se o militarismo e o prestígio dos guerreiros, e penetram na região novas concepções religiosas. Em segundo lugar, dá-se a fusão da herança de Teotihuacan, recolhida em diversos centros menores e passada posteriormente aos toltecas, com a mais recente tradição misteca-Puebla, com centro em Cholula, surgindo a partir disto novas concepções urbanísticas, arquitetônicas, artísticas, etc. Em particular, este período assiste a grande progresso e difusão da urbanização, apoiada pelo menos em parte na expansão da agricultura de regadio. Na arquitetura, novos elementos,

como a coluna-serpente e a coluna-atlante, permitem, pela primeira vez na Meso-América, construir extensos espaços cobertos. Por fim, ocorrem então os começos tardios da metalurgia meso-americana.

O início da civilização dos toltecas está vinculado à migração de grupos *chichimecas* vindos do norte, que fizeram irrupção violenta no planalto central mexicano a princípios do século X d. C., terminando porém por sedentarizar-se, assimilando a herança teotihuacana através do contato e mistura com povos locais. O mito liga tal processo à lenda de Quetzalcóatl, no qual seria ingênuo querer identificar um personagem histórico real, como demonstrou A. López Austin. O império tolteca tinha como capital Tula, situada 60 km ao norte da atual cidade do México, numa região instável, onde entravam em contato a zona agrícola meso-americana e a zona setentrional, mais seca, onde se praticava a caça e a coleta. De fato, alguns autores acham que um ressecamento climático a meados do século XIII, afetando a fronteira agrícola, esteve ligado à queda do império tolteca. Este compreendia diversas regiões submetidas a tributo: Michoacan, o norte de Veracruz, o Vale do México; e, desde 1 045 a. D., o rei misteca aceitou sua suserania. Os toltecas, cujo núcleo inicial havia sido no passado um grupo de nômades do norte, agora vigiavam as regiões setentrionais através de postos fronteiriços, para evitar novas invasões, embora também admitissem *chichimecas* nas suas tropas. Como anteriormente Teotihuacan, os toltecas de Tula comerciavam com o sul e o leste, importando

Quanto à economia, o seu nível técnico manteve-se baixo, com predomínio de instrumentos agrícolas de pedra e madeira, com a exceção do uso de machados de cobre para derrubar árvores. É possível, porém, que em certas regiões — como as terras altas da Guatemala — haja-se desenvolvido uma agricultura mais eficiente, com terraços de cultura e irrigação. Os maias cultivavam o milho, o algodão, o agave, o cacau, diversas frutas, e criavam cães caçadores e outros que eram comestíveis, perus e abelhas. As colheitas eram recolhidas a celeiros de madeira ou cavados no solo. As atividades agrícolas eram complementadas pela caça, pesca e coleta. Produziam sal que, com têxteis de algodão, cacau, mel, escravos, plumas, jade e obsidiana, exportavam para outras regiões da Meso-América, por terra (construíram caminhos pavimentados com pedra calcárea) ou por mar, havendo canoas que ligavam por cabotagem o enclave portuário asteca de Xicalango (Campeche) com todo o Iucatã e com regiões mais a leste, as quais estavam sofrendo um processo de conquista progressiva pelos astecas.

Da dispersão em cidades-Estados independentes e rivais que caracterizou o México central depois da queda do império tolteca, emergiu finalmente — depois de complicado processo que não podemos descrever aqui — a hegemonia de uma delas, Tenochtitlan, a cidade dos mexicas ou astecas, fundada numa ilha do lago de Texcoco, no Vale do México, em 1 325 a. D., a qual viveu durante muito tempo à sombra da poderosa cidade comercial vizinha de Tlatelolco. Aliando-se primeiro aos tepanecas de Atzcapotzalco e depois às cidades de Texcoco e Tlacopan ("Tríplice Aliança", 1 434 a. D.), a sua posição se consolidou com o rei Moctezuma I (1 440-1 469 a. D.), cujas conquistas abriram a fase do predomínio asteca, que continuava a se estender sob Moctezuma II quando chegaram os espanhóis em 1519. Nesta data, o chamado "império" asteca — na verdade um mosaico de alianças, confederações, relações tributárias, implicando povos numerosos, heterogêneos e imperfeitamente submetidos — era um bloco complexo, pouco coerente e descontínuo (havia enclaves não-submetidos e hostis, como o reino tarasco e o senhorio de Tlaxcala). Expedições punitivas eram freqüentemente necessárias para manter o domínio e o tributo e para garantir as rotas comerciais.

A unidade social básica dos astecas ou mexicas era o *calpulli*, comunidade residencial com direitos comuns sobre a terra e uma organização interna de tipo administrativo, judiciário, militar e fiscal. Sua interpretação como um clã foi usual no passado, mas não parece correta. Mesmo ao fundarem Tenochtitlan, os astecas apresentavam, segundo parece, uma organização tribal já bem abalada, e a vida urbana, a influência de outros povos do México central e depois as conquistas fortaleceram a hierarquização e a desigualdade social, presente inclusive dentro de cada *calpulli*. No nível político, porém, até o fim o rei (*Huey Tlatoani*) tinha direitos e funções que oscilavam entre os de um chefe tribal e os de um chefe de Estado, sendo o cargo eletivo numa mesma família.

cacau, jade, plumas e algodão e exportando artigos de obsidiana. A sua cerâmica típica, alaranjada, corresponde ao estilo chamado de Mazapan. A destruição do império tolteca liga-se a novas ondas migratórias do norte: Tula foi tomada em 1 168 a. D. e depois totalmente destruída em 1 224 a. D., criando-se outra vez uma situação de vazio de poder no México central, o que abriu caminho à proliferação de numerosas cidades-Estados em luta entre si.

Os mistecas, que sucederam aos zapotecas em Oaxaca e depois tomaram Cholula (onde seus reis eram coroados), são, segundo J. Paddock, os pais do urbanismo meso-americano em sua última fase. A sua importância começa por volta do século XIII d. C. Foram, com os tarascos do centro-oeste mexicano, o grupo que mais desenvolveu na Meso-América o trabalho dos metais, sendo grandes ourives; além do ouro, trabalhavam a turquesa e o jade. Fabricavam rica cerâmica policroma, mosaicos de turquesa, ornamentos de cristal e recipientes de ônix. Além disto, a maioria dos códices pré-colombianos que se conservaram é misteca. Tinham arquitetura inspirada nos antecedentes zapotecas, mas com inovações (mosaicos de pedra em relevo com motivos geométricos). Os sítios mais conhecidos desta civilização são o palácio de Mitla e as tumbas de Yagul; por outro lado, os mistecas reutilizaram antigas tumbas zapotecas, como foi demonstrado por A. Caso.

No início deste período final pré-colombiano, os maias sofreram um profundo impacto tolteca e, em geral, dos povos que falavam línguas do grupo nahua

e viviam no México central (incluindo, por último, os mexicas ou astecas). A lenda reflete esta influência na história da migração de Quetzalcóatl (Kukulkan para os maias), que teria deixado Tula por Chichen-Itzá. O influxo mexicano se nota em novos estilos arquiteturais, em elementos religiosos (intensificação dos sacrifícios humanos, importância da serpente emplumada) e no crescente militarismo. Os núcleos mais importantes da civilização maia nesta fase — durante a qual o seu centro de gravidade se transferiu para o norte da península de Iucatã e, mais tarde, para a Guatemala — eram Chichen-Itzá, Uxmal, Tulum, Mayapan e Labná. Posteriormente ao período chamado maia-tolteca, deu-se o episódio da Liga de Mayapan: esta cidade venceu Chichen-Itzá e impôs sua hegemonia entre 1 200 e 1 450 a. D., quando foi destruída, seguindo-se uma fase de descentralização.

Como é natural, é para este período tardio que as fontes proporcionam mais informação sobre a organização dos maias, como também dos demais povos meso-americanos. A unidade básica era a cidade-Estado, com um rei, um Conselho de nobres e sacerdotes, um chefe militar eleito por três anos e submetido a proibições rituais e toda uma rede de funcionários, policiais e chefes de aldeias. A estrutura social manifestava restos de um regime de clãs ou linhagens tribais e uma estratificação que compreendia nobres, sacerdotes (cuja hierarquia interna era complicada), a massa do povo e "escravos" (criminosos, prisioneiros de guerra).

No apogeu do "império", a sociedade asteca era complexa e muito estratificada, com uma nobreza crescentemente hereditária (*tlatoque*), uma nobreza de função de origem militar (*tecuhtli*), comerciantes especializados residentes em Tlatelolco (*pochtecas* ou *oztomecas*), formando uma corporação especial, artesãos reunidos em organizações profissionais, diversas categorias populares urbanas e rurais, servidores que os espanhóis consideraram "escravos", etc.

As plantas cultivadas eram muito numerosas, mas a base da alimentação eram o milho, o feijão e a pimenta. Como animais domésticos, havia o peru e o cão; também se praticava a apicultura e se extraía um colorante vermelho da cochonilha. Certas plantas, como o maguei, tinham usos industriais (fibras, fabricação de bebidas fermentadas). As produções do vale do México se complementavam pelo comércio com as zonas tropicais. A tecnologia agrária, a não ser pela irrigação (canais, *chinampas* ou ilhas flutuantes dos lagos) era primitiva: como no caso dos maias, predominavam os instrumentos de pedra e madeira, e a metalurgia teve pouca aplicação prática.

Quanto à estrutura agrária, pode-se afirmar a existência de diversas formas de propriedade, talvez redutíveis — segundo Manuel M. Moreno — a três modalidades principais: 1) propriedade comunal: as terras do bairro ou *calpulli*, subdivididas em terras de cada linhagem e terras realmente comunais; 2) propriedade dos nobres, em grande parte em terras conquistadas, individual, alienável entre eles com

certas restrições, transmissível por herança; 3) diversos tipos de propriedades públicas, cujos frutos iam para a casa real, os templos, o abastecimento de guerra e a administração. P. Carrasco afirma, porém, que as diferentes formas de acesso às terras — incluindo as terras dos nobres que certos autores apresentam como "propriedade privada" — eram concessões em troca do exercício de funções tributárias, militares, sacerdotais, burocráticas, etc., feitas pelo Estado com caráter revogável e sob condição do cumprimento das obrigações a elas vinculadas.

Quanto ao trabalho rural, existiam quatro tipos básicos de trabalhadores: 1) os *calpuleque* ou membros do *calpulli*, que trabalhavam as terras deste para suas próprias necessidades e para pagar o tributo, além de estar permitido alugar partes do solo do "bairro"; 2) os *teccaleque* eram também membros de um *calpulli*, com a única diferença de que o resultado do seu trabalho servia para sustentar a corte, além de suprir as próprias necessidades; 3) os *arrendatários*, que lavravam terras alheias (de nobres ou de comunidades), dispondo ou não do uso de outras parcelas a título pessoal; 4) os *mayeque*, camada inferior da população rural, igualmente arrendatários (vitalícios): eram a mão-de-obra dependente que trabalhava nas terras do rei, dos nobres e outros particulares. Algumas fontes mencionam também uma categoria que os espanhóis traduziam como "escravos".

Tenochtitlan recebeu, ao longo de sua história, artesãos vindos de diferentes áreas meso-americanas.

Devemos imaginar a cidade-capital dos astecas como uma enorme aglomeração — talvez tivesse entre 200 e 300 000 habitantes, o que a transformaria numa das maiores cidades do mundo na época —, contendo um imenso mercado bem regulamentado onde intervinham como compradores ou vendedores uns 60 000 indivíduos todos os dias, centros cerimoniais, o núcleo de um comércio de longa distância estreitamente controlado pela casa real. O Vale do México exportava escravos, roupagens, objetos de luxo, obsidiana trabalhada, ocre, cochonilha, peles de coelho, e recebia — em especial da costa do Golfo — plumas, turquesas, jade, peles de jaguar, mantos de plumas, cacau (usado também como padrão monetário), escravos.

Na religião, na arte, em outras manifestações intelectuais (calendário, medicina etc.), a civilização asteca constituía uma síntese de tradições meso-americanas, com incorporação de alguns elementos setentrionais. Em particular, caracterizavam-na notável e inquietante escultura em pedra, a cerâmica com motivos negros sobre fundo alaranjado ou vermelho, os mosaicos de pedra ou de conchas, a arte plumária. A arquitetura da capital foi destruída na sua parte principal e é conhecida por bases de monumentos que foram escavadas, por descrições e um ou outro resto de edifício; mas nos arredores da atual cidade do México podem ser vistos templos secundários de pedra bem conservados (Malinalco, Tenayuca). O complicado panteão era dominado pelo deus tribal mexica, Huitzilopochtli, e o culto comportava nume-

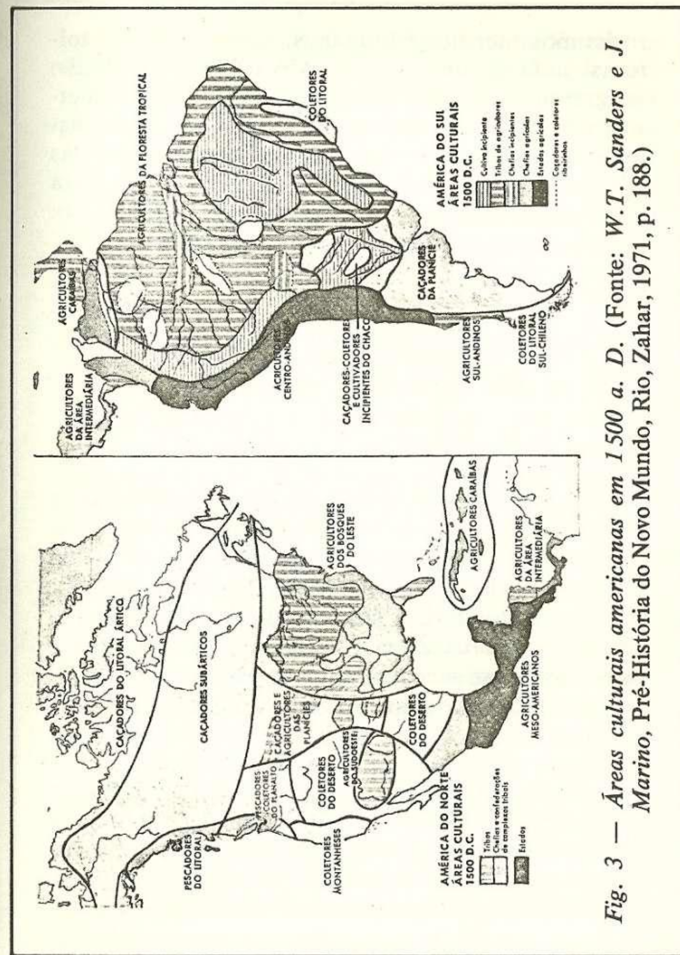


Fig. 3 — Áreas culturais americanas em 1 500 a. D. (Fonte: *W.T. Sanders e J. Marino*, Pré-História do Novo Mundo, Rio, Zahar, 1971, p. 188.)

rosíssimos sacrifícios humanos. Como entre os toltecas, nota-se uma certa tensão entre esta religião sangrenta e o ideal religioso mais espiritual de Quetzalcóatl, de derivação teotihuacana. Os astecas dispunham de um elaborado sistema de educação das elites, e puderam ser recolhidos depois da conquista muitos textos literários de origem pré-colombiana em língua nahuatl, alguns de grande valor estético.

Seqüências histórico-culturais na Zona Andina Central

A Zona Andina Central

O seu núcleo fundamental compreendia partes dos atuais Peru e Bolívia; posteriormente, foram-lhe incorporadas pela conquista porções do Equador, do Chile setentrional e da Argentina norte-ocidental.

Do ponto de vista geográfico e ecológico, é preciso distinguir na Zona Andina Central três faixas paralelas que se sucedem de oeste para leste.

Em primeiro lugar, um deserto costeiro ao longo do litoral pacífico, entre o mar e a Cordilheira dos Andes, com um comprimento norte-sul de 3 200 km e uma largura que varia entre 1,5 e 40 km. A corrente fria de Humboldt, que corre paralelamente à costa no sentido sul-norte, força precipitações atmosféricas sobre o mar, ao condensar a umidade dos ventos do oeste: estes já chegam secos ao litoral. Esta corrente,

rica em plâncton, atrai peixes em abundância, os quais são alimento humano mas também de aves marinhas que habitam ilhotas costeiras onde o seu excremento — o guano —, acumulado durante milênios, já era conhecido e usado em tempos pré-colombianos como adubo. O deserto costeiro é interrompido por mais de quarenta vales, de rios grandes e permanentes ou pequenos e ocasionais, os quais são verdadeiros oásis fertilizados pelo limo que vem das montanhas carregado pelos rios ou torrentes. De junho a novembro, o tempo é nublado e ocorrem espessos nevoeiros; de dezembro a maio é ensolarado e muito quente. Na parte norte da costa há chuvas ocasionais, porém mais ao sul quase nunca chove. Faltam árvores e a pedra é rara: as construções usaram na sua maioria tijolos crus secos ao sol. A importância das marés levou ao culto lunar. O isolamento dos vales entre si favoreceu durante longo tempo forte individualidade cultural de cada um deles.

As terras altas, temperadas e frias — já que a altitude anula os efeitos da latitude tropical — compreendem as cordilheiras propriamente ditas (montanhas cobertas de neve, não-habitadas), terras muito altas com vegetação herbácea propícia ao pastoreio de lhamas (*punas*) e vales ou bacias cercados de montanhas, de clima temperado, cobertos de bosques, com pastos e arroios. Este vales atraíam especialmente a ocupação humana. Os principais são, de norte a sul, Cajamarca, Callejón de Huaylas, Huánuco, Mantaro, Cusco e Titicaca, todos a mais de 2 000 e às vezes 3 000 metros de altura. O lago Titi-

caca, a 3 812 metros de altura, é a superfície navegável mais alta do mundo.

A região amazônica começa em plena montanha, a 1 900 metros de altura, devido aos alísios que vêm do leste e, chocando-se com os Andes, provocam chuvas que alimentam nas encostas espessa floresta tropical, que cobre também a planície oriental. Esta é uma região de vales cobertos de bosques (*yungas*), com rios largos da bacia amazônica, só parcialmente integrada à área cultural dos Andes centrais.

Enquanto na Meso-América a complementaridade ecológica das regiões foi origem de comércio inter-regional mais ou menos intenso, na Zona Andina Central a exploração de recursos ecológicos diferenciados deu origem a uma solução peculiar, a constituição do que John Murra chamou "arquipélagos verticais" dos Andes: cada grupo étnico ou político tratava de aumentar a sua produtividade controlando o máximo de "andares" e nichos ecológicos que pudesse, apoderando-se assim de recursos variados. Este esforço incluía a constituição de colônias residenciais permanentes, longe do núcleo territorial da etnia ou Estado, encarregadas do abastecimento de certos recursos não-disponíveis naquele núcleo (houve também colônias multi-étnicas). Este padrão de assentamento limitou muito, a não ser na costa, as possibilidades de desenvolvimento comercial.

Do ponto de vista cultural, a Zona Andina Central partilhava com a Meso-América certos elementos: pirâmides escalonadas, aspectos religiosos como

o culto ao complexo jaguar-pássaro-serpente. Acima de tudo, porém, apresenta forte originalidade: entre outros traços, um complexo agrícola próprio que associou tardiamente o milho a plantas como a coca, a batata e a quinoa e à domesticação do lhamá e seus congêneres; culto dos mortos, conservados em envoltórios (as "múmias" andinas); desenvolvimento mais antigo e bem maior do que entre os povos meso-americanos do uso de metais (ouro, prata, cobre, bronze); sistema numérico decimal e uso de *quipus* (processo mnemônico e de cálculo baseado em cordões com nós).

A periodização da história andina é particularmente difícil, devido à maior fragmentação cultural e talvez a fases e processos realmente mais acidentados e complicados; por outro lado, a evolução meso-americana está mais bem estudada em seus detalhes. No passado, proliferaram cronologias fantasiosas e até ridículas, que incluíam com aparente seriedade denominações como as dos períodos "cultista", "experimental" e "dos mestres artífices"... Seguiremos aqui uma periodização adaptada da que propõe E. P. Lanning (*Peru Before the Incas*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1967, cap. III), por ter maior base arqueológica. As datas são, naturalmente, aproximadas.

Difusão das aldeias e surgimento dos primeiros templos e centros cerimoniais (2 500-900 a. C.)

Este período consta de duas partes. Na fase pré-cerâmica final (2 500-1 800 a. C.), a agricultura e a vida em aldeias sedentárias se espalharam por toda a costa peruana, as espécies domesticadas se ampliaram — espécies vegetais principalmente, mas também a cobaia ou porquinho-da-índia —, e surgiram os primeiros templos, pirâmides e altares (bem mais cedo, portanto, do que na Meso-América, provavelmente devido à presença de recursos marítimos abundantes além dos terrestres, favorecendo uma produtividade superior das economias pré-históricas; na verdade, os recursos marinhos predominavam então sobre os agrícolas na dieta). A população das aldeias parece variar entre um mínimo de 50 e um máximo de 1 000 pessoas. As culturas eram então estritamente regionais. Entre os santuários desta fase, mencionemos o templo construído no vale de Chillón (costa central peruana), em Chuquitanta, compreendendo nove edifícios feitos com blocos naturais de pedra.

A fase que se estende de 1 800 a 900 a. C. viu a difusão do assentamento em aldeias sedentárias também nas terras altas dos Andes centrais, os inícios da cerâmica e da tecelagem com tear, a domesticação do lhama, o desenvolvimento por toda a região da cultura do milho e a adoção na costa da mandioca e do amendoim. Deste período datam importantes centros cerimoniais, como o que inclui a grande pirâmide de La Florida (hoje na cidade de Lima), na costa central, o de Las Haldas, também na costa (mais ao norte), e o de Kotosh, perto de Huánuco, nas terras altas, contendo o "templo das mãos cruzadas".

A construção de estruturas consideráveis como estas exigiria um grau considerável de coordenação e direção. Para explicá-lo, alguns autores pretendem que já nesta fase do II milênio a. C. existiram pequenos Estados regionais compreendendo várias comunidades aldeãs. Isto parece pouco provável, bastando admitir um sistema de chefias ou confederações tribais, como no caso dos olmecas da Meso-América, embora certamente com um esboço de grupo socialmente dominante em processo de diferenciação.

A primeira cultura inter-regional (900-200 a. C.)

Por volta de 900 a. C., pela primeira vez, certos elementos culturais de tipo artístico, religioso e arquitetônico se expandiram fora de quadros estritamente regionais, ganhando toda a costa norte e central peruana e algumas regiões altas setentrionais e centrais. O estilo então difundido é chamado Chavin, do nome do sítio mais famoso do período, o templo de Chavin de Huántar, situado num vale estreito das terras altas, próximo ao Callejón de Huaylas. Os sítios mais notáveis da fase ou estilo de Chavin são quatro. Cupinisque, na costa norte, se caracteriza por uma cerâmica com um motivo estilizado repre-

sentando o jaguar, produzindo vasilhas com gargalo em forma de estribo, por casas de pedra ou adobe, adornos de conchas e turquesas, enterros com oferendas, sendo os ossos pintados de vermelho e manifestando-se deformações voluntárias dos crânios. Cerro Sechín, no vale de Casma (costa norte), apresenta lajes de pedra gravadas com figuras humanas, geométricas e de outros tipos; alguns atribuem este sítio a período anterior. O sítio de Chavin de Huántar, provavelmente um centro de peregrinação religiosa, compreendia diversos edifícios, o mais importante sendo o templo de pedra chamado "El Castillo", decorado com cabeças em relevo, diversas representações estilizadas do felino e um monolito esculpido igualmente com o motivo do jaguar. Por fim, Paracas Cavernas (sítio situado numa península da costa sul peruana) apresenta tumbas com cerâmica bastante peculiar, mas que manifesta algumas influências de Chavin: de fato não parece pertencer propriamente ao mesmo horizonte cultural, mesmo estando sob seu influxo parcial.

O que significa realmente o estabelecimento do estilo de Chavin em numerosas regiões? A sua origem se deu nas terras do centro-norte peruano, mas ignoramos se na costa ou nas montanhas. Sua rápida expansão sugeriu a certos especialistas a idéia da difusão de um culto religioso do felino, ao mesmo tempo por proselitismo e pela força das armas, formando uma unidade política que poderia ser chamada de "império Chavin". Não há, porém, bases arqueológicas para afirmá-lo: não foram descobertos

centros administrativos, quartéis para guarnições militares ou fortalezas. Por outro lado, a homogeneização cultural, onde ocorreu, foi somente parcial, e às vezes o estilo de Chavin e os estilos locais formados anteriormente aparecem lado a lado. Seja como for, há indícios de que este período diminuiu a compartimentação cultural: houve comércio de artigos como cerâmica cerimonial e ossos esculpidos entre regiões. Também se atribui a esta fase a difusão de um tipo mais produtivo de milho, talvez de origem mesoamericana, possivelmente o começo da irrigação (drenagem, canais) nos vales da costa, o desenvolvimento da tecelagem e os começos da metalurgia.

As primeiras cidades e o progresso dos Estados organizados (200 a. C.-600 a. D.)

As características básicas deste período são: o grande desenvolvimento tecnológico e artístico; o surgimento de Estados altamente organizados e agressivos; o nascimento do urbanismo andino, embora nesta fase limitado às terras altas do sul. Nesta última região surgiram as cidades de Tiahuanaco, Pucara e Huari, cada uma delas com um núcleo monumental provido de praças e edifícios públicos, cercado de bairros residenciais, e agindo como foco de atração para numerosos povoados e aldeias circunvizinhos (a população destas cidades poderia ser de uns 10 000 habitantes).

Houve um indubitável desenvolvimento técnico

e econômico. Nos vales da costa criaram-se amplos sistemas de irrigação; nas terras altas, terraços para cultivo e canais. Mesmo com teares primitivos, a tecelagem de algodão e de lã de alpaca atingiu um apogeu nunca superado, produzindo bordados, tapetes, brocados, malhas, tecidos, que conhecemos só na costa seca, pois não se conservaram nas terras altas (onde, porém, há estátuas representadas vestidas e a arqueologia revelou fusos e peças de teares). A metalurgia — basicamente ornamental, mas entre os mochicas também usada para instrumentos agrícolas e armas — deu um grande passo à frente, trabalhando-se o ouro, a prata, o cobre e ligas destes metais, através de técnicas diversas (metal martelado, forjado, trançado, método da cera perdida). A cerâmica cerimonial também se aperfeiçoou notavelmente.

Na costa norte — vales de Chicama, Moche e Viru, posteriormente anexando os vales de Chao, Santa, Nepeña e Casma — desenvolveu-se então a cultura que chamamos mochica.

A base da economia mochica era agrícola, mas a pesca — utilizando botes de junco, ganchos e redes — continuava sendo importante. O mar fornecia também sal e usava-se o guano costeiro. A caça tinha caráter complementar, sendo talvez um esporte aristocrático. A arqueologia revela canais de irrigação de barro pisado com até 130 km de extensão e um aqueduto do mesmo material em Chicama. Estas são obras que supõem uma população numerosa e uma sólida organização estatal. Os cultivos principais

eram o milho (com duas colheitas anuais), a batata, a batata-doce, a mandioca, diversos tipos de feijão, a lentilha, árvores frutíferas, etc.

A cerâmica, fabricada pelas mulheres, é considerada a melhor de toda a história do Peru pré-colombiano. A maioria dos vasos era produzida em moldes de argila, acrescentando-se depois gargalos, asas e adornos. As formas eram variadas e distinguia-se a cerâmica utilitária, simples, da cerimonial e funerária. Esta representava com grande realismo cenas da vida quotidiana, personagens, atividades guerreiras, divindades, etc.

Como não dispomos de qualquer fonte escrita, o que se afirma acerca da estrutura social e política dos mochicas é inferido da arqueologia, e sobretudo da cerâmica tão gráfica que deixaram. Existem estatuetas do que parecem ser reis e nobres e a presença de forte estratificação social é clara. Pode-se deduzir das representações de castigos um sistema judiciário severo: amputação do nariz, do lábio superior, dos pés; pena do cepo; pena de morte por lapidação ou por exposição do condenado, amarrado a um poste, a aves de rapina. Há muitas representações de guerras e guerreiros: estes usavam capacetes e orelheiras para proteção, e combatiam com escudo, faca, tacape de ponta de cobre e fundas. Cães eram usados nos combates. Há representação de prisioneiros de guerra, que provavelmente eram sacrificados. A administração de um Estado de considerável dimensão levou à contrução de uma rede de caminhos, percorridos por corredores com função de correio oficial.

A arquitetura usava tijolos de barro cru. As construções eram grandes — incluindo templos, palácios, fortalezas — mas não houve verdadeira urbanização. No vale de Moche foram descobertas duas grandes pirâmides, chamadas "do Sol" e "da Lua".

Os mochicas eram bons ourives, usando turquesas, ametistas, lápis-lazúli, conchas, ouro e prata. Trabalhavam também o cobre. Quanto à tecelagem, dispomos de poucos tecidos de cor creme.

A religião, tal como pode ser inferida da cerâmica, conhecia um felino humanizado que aparece voando montado em pássaros, associado a vários animais humanizados ou não, e em luta com outros tipos de animais com conotações demoníacas. A cerâmica, através de representações realistas de doenças (lepra, bócio, paralisia, tumores, cegueira), mostra que tinham conhecimentos de medicina e praticavam inclusive a cirurgia (amputações, trepanação do crânio) com instrumentos feitos às vezes de ossos de tubarão. Havia curandeiros e curandeiras, provavelmente conhecedores de plantas medicinais. A música incluía trombetas, percussão e flautas. É possível que existissem representações teatrais.

Na costa sul desenvolveram-se as culturas de Nazca e de Paracas-Necrópoles.

Em Nazca não foram achados restos arquitetônicos. Existem, porém, figuras geométricas e representações diversas, gigantescas, desenhadas sobre o solo, ligadas talvez a algum culto astral ou a uma "comunicação" ritual com deuses celestes. Cerâmica e tecidos de alta qualidade foram encontrados em

tumbas que constam de um poço cilíndrico dando acesso a uma câmara retangular ou em abóbada, consolidada às vezes com postes de madeira. Os cadáveres eram envoltos em mantos, com os membros flexionados, e enterrados com abundante cerâmica e outras oferendas. A cerâmica é às vezes estilizada, mas há também representações de felinos coroados de serpentes e outros animais. Os tecidos eram de algodão e de lã de lhama e vicunha. Aparecem objetos de ouro martelado e gravado.

Quanto a Paracas-Necrópoles, suas tumbas são verdadeiras casas subterrâneas com espessas paredes de pedra e barro cobertas com ramagens, costelas de baleia e couro. Foram achadas centenas de múmias, preparadas através da extirpação dos órgãos internos e de ressecamento pela fumaça e colocadas em cestos depois de envoltas em tecidos. Muitas delas apresentam crânios deformados e trepanados. As múmias aparecem associadas a cerâmica, jóias, machados de pedra, restos de plantas e animais. Os tecidos, que chegam a ter 30 metros de comprimento, são *mantos*, ponchos e turbantes que envolviam as múmias: suas decorações representam seres fantásticos e flutuantes, provavelmente figurações das almas dos mortos assimiladas a astros. Foram achados instrumentos cirúrgicos: bisturis, facas de obsidiana, espátulas de dentes de mamíferos marinhos, discos de algodão, fios de coser.

Nos planaltos do sul desenvolveu-se a já mencionada civilização urbana. Tiahuanaco compreendia um grande centro cerimonial com construções de

pedra, situado em território hoje boliviano. A agricultura (batata, quinoa) e o pastoreio de lhamas eram a base econômica desse elevado planalto do Titicaca. Como Chavin no passado, Tiahuanaco parece ter sido um centro de peregrinações religiosas. Situado entre a costa e a zona amazônica, pode também ter constituído uma zona de passagem e intercâmbio. Na chamada "Porta do Sol" está representado um personagem central humano, associado a cabeças de felinos e condores e a pequenas figuras aladas: poderia, segundo alguns, tratar-se do deus criador Viracocha. Encontram-se lá grandes estátuas monolíticas e colunas com relevos. Uma cerâmica típica de vasos polidos e polícromos assume às vezes forma de puma ou de lhama. Além das cidades maiores — Tiahuanaco, Pucara, Huari — havia outras menos consideráveis no planalto do sul do Peru, Chakipampa, Acuchimay e Ñawimpukyu, em provável dependência econômica de Huari. Presume-se a presença de organizações estatais, mas nada sabemos a repeito. Em vales da costa meridional — Pisco, Ica, Nazca e Acari — surgiram igualmente pequenas cidades. Mais ao norte não há traços de urbanismo, mas sim de guerras que levaram à unificação de cada vale, e mesmo à reunião de vários deles, como vimos no caso do Estado mochica. Supõe-se que existiram Estados também nas terras altas centrais e setentrionais, mas faltam dados.

Os 1ºs impérios

Os primeiros impérios (600-1 000 a. D.)

Neste período há provas inequívocas de conquistas em alta escala, formando impérios consideráveis mas efêmeros, que romperam o tradicional isolamento das culturas andinas e fizeram circular bens e idéias na Zona Andina Central.

O império de Tiahuanaco compreendia a totalidade da bacia do lago Titicaca e o sudoeste da Bolívia, pequena parte do sul do Peru até o vale de Majes e Arequipa, e a costa e zona montanhosa do Chile setentrional. Conhecemos mal este episódio, o qual inclusive é negado por vários autores, que vêem na difusão da cerâmica e dos estilos artístico e religioso de Tiahuanaco uma expansão exclusivamente cultural, e não político-militar.

Já no caso do império posterior de Huari, as pesquisas de D. Menzel permitiram uma ampliação dos nossos conhecimentos. Huari era um centro urbano do vale do Mantaro, com longa tradição de vínculos culturais com Tiahuanaco — o estilo das duas culturas é virtualmente idêntico — e também com os vales de Ica e Nazca. A expansão começou em 650-700 a. D., formando-se uma espécie de liga de cidades, e entre 700 e 800 a. D. Huari foi a capital de um vasto império que, no seu apogeu, incluía quase todo o Peru, até Cajamarca. A expansão militar acompanhou-se da difusão dos estilos artísticos e do padrão urbanístico de Huari. Tal império, porém, desintegrou-se rapidamente, sendo a capital inclusive abandonada. A queda — por causas desconhe-

cidas — deste império seguiu-se o abandono das cidades do sul peruano e diversos séculos de eclipse da vida urbana.

Neste período desenvolveu-se o importante santuário e cidade de Pachacamac, na costa central peruana, com um estilo próprio em cerâmica e tapeçaria polícromas representando águias, aparentado com o de Tiahuanaco, o qual predominou na costa central e influiu também nos vales do norte e do sul. É possível que o prestígio de Pachacamac já então se vinculasse ao seu oráculo, famoso centro de peregrinações em etapa posterior, mas de cuja existência nesta fase não há provas.

Do ponto de vista das técnicas e artes, este não foi um período de grande progresso. A expansão do urbanismo e do militarismo são sem dúvida os seus traços mais marcantes.

O grande interregno e o império inca (1 000-1 534 a. D.)

A destruição do império de Huari levou a que durante vários séculos imperasse a descentralização e existissem outra vez numerosos Estados regionais independentes. Do ponto de vista das técnicas, o cobre teve maior uso do que no passado em ferramentas e armas e deu-se a invenção, ou pelo menos uma maior difusão, do bronze. Depois do eclipse que se seguiu à queda de Huari, deu-se uma nova intensificação do urbanismo planificado, principalmente

sob os chimus e incas. Por outro lado, há indícios de um aumento de população, conduzindo à extensão dos sistemas de irrigação e à multiplicação, na zona serrana, dos terraços para cultivo.

O reino chimu, cuja civilização parece ter resultado da fusão da cultura do vale setentrional de Lambayeque com elementos mochicas e de Huari, chegou a dominar a costa setentrional do Peru, de Tumbes a Paramoya, e talvez uma parte do Equador. Sua capital, Chan-Chan, cidade de adobe construída no vale de Moche, foi o maior centro urbano da Zona Andina Central. Era uma cidade planificada, estruturada em blocos retangulares contíguos e independentes, separados por muralhas. As paredes eram decoradas com arabescos antropomórficos, zoomorfos ou geométricos, visivelmente derivados dos motivos usados nos tecidos. É possível que sua população máxima tenha sido de 80 000 habitantes, em 17 a 22 km² de extensão urbanizada (comparável, pois, à muito anterior cidade meso-americana de Teotihuacan). Os chimus tinham pelo menos outras quatro cidades, povoados com guarnições militares, e finalmente as aldeias, algumas também planificadas.

A economia agrícola baseava-se em vastas obras de regadio que se estendiam às vezes de um vale ao seguinte. O reino tinha um estrito sistema administrativo e tributário, inspirador do dos incas; estradas uniam os vales, percorridas por mensageiros. Tudo indica uma sociedade diversificada, hierarquizada e de grande sofisticação.

Os chimus fabricavam uma cerâmica negra

derivada dos estilos Lambayeque, mochica e Huari. Sua metalurgia era avançada, como a produção de tecidos. Em todas estas atividades, porém, o traço mais marcante era a produção em série, em grande quantidade mas pouca variedade.

Sua religião — culto da Lua e das estrelas, de certas pedras associadas aos antepassados — incluía sacrifícios humanos de crianças e a consagração de virgens à Lua. Suas múmias eram enterradas sentadas em fossas coletivas, com oferendas; às vezes apresentam deformação tabular do crânio.

Reinos e culturas menores deste período foram: Cuismancu, na costa central (vales de Chancay, Ancon, Rimac e Lurin), com as cidades de Cajamarquilla e Pachacamac; o Estado chincha (vales de Cañete, Chincha, Pisco, Ica e Nazca, na costa sul), menos urbanizado mas com fortificações; nas terras altas do sul, a cultura de Pukina, derivada da de Tiahuanaco-Huari, estendendo-se de Arequipa até a Bolívia e o norte do Chile.

No vale do Cusco formou-se uma confederação inter-étnica que, dominada pelo grupo quíchua ou inca, serviu de primeira base, em fase posterior, à expansão militar que unificou a totalidade da Zona Andina Central, com acréscimos externos, no imenso Tawantinsuyu ou império inca, que no seu apogeu se estendia de norte a sul por mais de 4000 km, do Equador ao norte do Chile. A expansão imperial inca, que não vamos descrever, foi fase tardia da história andina, estendendo-se somente de 1438 a. D. até a chegada dos espanhóis quase um século

depois, em 1531 a. D. Caracterizou principalmente os reinados dos imperadores, ou Incas, Pachakuti, Tupa Yupanki e Wayna Kápak.

Iniciando a exposição das características principais da civilização incaica, falaremos primeiramente da sua estrutura econômica de base agrária.

A preparação da terra se fazia com um bastão de semear reforçado, com apoio para o pé (*taclla*), às vezes denominado "arado de pé", já que permitia não apenas perfurar como também revolver o solo. Depois que passavam os homens, "arando" com tal instrumento, as mulheres quebravam os torrões com uma enxada (*lampa*). Os vales andinos são estreitos, e os terrenos planos pouco extensos, de modo que a construção de terraços para cultivo e a irrigação por meio de canais (às vezes cortados na pedra) tiveram sob os incas grande desenvolvimento. A expansão do milho esteve muito ligada a estas técnicas. A base da alimentação eram quatro plantas: a batata, o milho, a quinoa (um quenopódio) e a oca (um tubérculo). Através da desidratação da batata congelada, preparava-se um alimento que se conserva por longo tempo (*chuñu*). O lhama, além de transporte e lã, fornecia couro e carne, seca ao sol (charque).

A base da agricultura andina, e de toda a vida social, era a aldeia, habitada por diversas famílias vinculadas pelo parentesco, formando uma comunidade ou *ayllu*. Este não era um clã, ou linhagem; apresentava tendência à endogamia e um sistema de descendência paralela (linha masculina para os homens, feminina para as mulheres). A família nuclear

— um casal e seus filhos solteiros — era a unidade de consumo e de produção. Cada *ayllu* tinha um chefe (*kuraka*), que atribuía o usufruto de lotes de terra às famílias, organizava os esforços coletivos e arbitrava os conflitos. A terra do *ayllu* (*marka*) incluía campos cultivados e pastos coletivos, estes na *puna* fria, onde crianças e jovens solteiros pastoreavam os lhamas e alpacas. Ao contrário dos pastos indivisos, a terra cultivada era dividida em lotes familiares calculados segundo o tamanho de cada família, constituídos de terras situadas em diferentes altitudes, para que cada família gozasse de recursos ecológicos diversos.

O ciclo da vida agrícola estava baseado na ajuda mútua (*ayni*), ou seja, em intercâmbios de trabalho entre as famílias para a semeadura e a colheita, bem como para outros fins (construção de casas, por exemplo). A divindade ou fetiche tutelar do *ayllu*, a *waka*, e o chefe, ou *kuraka*, recebiam prestações de trabalho da comunidade; não havia, porém, qualquer forma de tributos *in natura* além das prestações de trabalho. O *kuraka* centralizava, através de tais trabalhos forçados (*mita*), mais riqueza — representada em especial por bens raros como a coca, a bebida fermentada de milho, certos tipos de vestimentas, etc. — do que qualquer outro membro do *ayllu*, mas o costume o obrigava a uma redistribuição de seus bens, alimentando os que trabalhavam para ele, dando presentes, distribuindo alimentos quando necessário devido a más colheitas, etc. Havia, porém, limites à redistribuição dos bens do chefe e da divindade, e assim existia uma diferenciação social entre

os homens comuns (*puriq*) e os poderosos ou privilegiados (*kapa*), e cada categoria era endogâmica em princípio.

Na história andina, formaram-se estruturas piramidais em que um *ayllu* dominava outros. Ao tornarem-se mais vastas surgiram chefias, confederações tribais e por fim reinos, mas em todos estes níveis repetia-se tal qual o mecanismo das prestações e da redistribuição. O império inca era somente uma espécie de enorme confederação de confederações, organizando em escala nunca vista nos Andes tais operações e exigindo trabalho nas terras do Inca e do Sol, espécies de super-*kuraka* e super-*waka*, mas fiéis ao padrão usual. Nestas condições, o comércio não podia ter grande desenvolvimento, pois a circulação dos bens realizava-se de outra maneira. Por outro lado, germes de mudança estavam surgindo, na medida em que os incas aplicaram sistematicamente a política de transferir populações mal submetidas a regiões distantes da sua de origem (cortando assim os laços comunitários), de reduzir algumas pessoas a um estado de servidão fora das comunidades (os *yana*), de aproveitar o trabalho de fiação e tecelagem das "mulheres escolhidas" que viviam nos conventos do Sol. Tais medidas estavam criando um esboço de grupos explorados, separados do sistema comunitário tradicional, mas este último ainda predominava muito claramente.

O império dividia-se em quatro grandes províncias e a tradição burocrática via cada uma delas como uma estrutura geometricamente organizada se-

gundo um princípio decimal. Embora isto seja uma idealização simplificadora, é verdade que o império inca atingiu um grau de integração e coerência jamais sonhado pelo "império" asteca. Uma rede de estradas unia o essencial do território, com um sistema de correios públicos e de depósitos de alimentos, armas e roupas para tropas e funcionários. Um sistema de contabilidade, cujo cerne eram os funcionários chamados *kipukamayoc*, que operavam o sistema contábil e mnemônico dos *kipus*, informava a tributação (exclusivamente em trabalho) e o serviço militar. Havia uma burocracia imperial, chefiada pelo Inca ou Filho do Sol, e cujo exercício era reservado aos incas apenas; mas, subordinada a esta, persistia a burocracia tradicional dos *kurakas* regionais e das aldeias.

Cusco, a capital, era uma cidade vasta e magnífica, com templos e palácios, mas pouco resta dela. A arquitetura incaica, com seus grandes blocos poligonais de pedra, irregulares mas perfeitamente ajustados sem cimento, seus tetos de palha ou em falsa abóbada, suas portas e janelas trapezoidais, é conhecida principalmente através de outros sítios: Tambo Colorado, Sacsahuaman, Machu Picchu, Ollantaytambo. Como no caso de Huari, a administração inca se apoiou na difusão do urbanismo. Cidades como Tumipampa, Cajamarca, Huánuco, Jauja, Huaytará, Vilcashuamán, foram por ela planejadas e construídas.

Em cerâmica e metalurgia, como em geral em matéria de tecnologia, os incas não inovaram. Em

arte e religião, deixaram subsistir o substrato anterior em cada região, mas impuseram a adoção paralela de seus padrões. Em particular, o culto do Sol, deus dos incas e do império, era obrigatório em todo o Tawantinsuyu. A religião, apesar de elaborada, dispondo de uma rede de templos e de um clero altamente hierarquizado, tinha entre os incas sinais inequívocos de origens primitivas ainda próximas: por exemplo, o culto de fetiches variados, ou *wakas*, que podiam ser rochas, múmias, fontes, cavernas, edifícios, etc., com freqüência associados aos antepassados. A cultura intelectual baseava-se na transmissão oral. Em particular, as tradições mítico-históricas eram função de especialistas hereditários ligados a cada linhagem real, os chamados *amautas*. A língua quíchua, antes estritamente local, do vale de Cusco, com o império se difundiu por toda a Zona Andina Central, onde, com o aimará do Titicaca, até hoje é o idioma mais importante.

A organização econômico-social das "altas culturas" pré-colombianas

À primeira vista, pelo menos no que se refere à última etapa — que por isto mesmo é a mais documentada — da história pré-colombiana, a comparação da Meso-América e da Zona Andina Central, e mais especificamente do "império" asteca e do império inca (já que o apogeu maia, sendo anterior, é por

tal razão mal iluminado pelas fontes), faz aparecer uma série de diferenças importantes. Sistema tributário *in natura* na Meso-América contra tributos exclusivamente em trabalho nos Andes; comércio desenvolvido a longa distância no primeiro caso em oposição a um sistema de reciprocidade/redistribuição/constituição de "arquipélagos verticais" andinos no segundo; caráter amorfo e pouco consistente do "império" asteca em contraste com a sólida organização do Tawantinsuyu; enfim, maior campo aberto aos interesses, à iniciativa e talvez a um esboço de propriedade de tipo individual ou privado na economia e sociedade meso-americanas, enquanto o estatismo reinaria absoluto na sociedade e economia andinas.

De fato, a evolução dos estudos conduziu, nestes últimos anos, de uma oposição antes tacitamente aceita das características das duas grandes áreas culturais de "altas culturas" — as quais, aliás, aparentemente se ignoravam nos últimos tempos pré-colombianos — a uma confluência de tais características. Antes, dissemos, considerava-se a Meso-América como uma região que viu um desenvolvimento do comércio e da economia "privada" muito mais considerável do que no caso andino. Agora se percebe que a circulação mercantil meso-americana foi exagerada no seu volume e significado por diversos pesquisadores, e se coloca para a Meso-América a possibilidade de que sejam válidos conceitos como os de reciprocidade e redistribuição, e um estudo que leve em conta o grande peso da organização estatal no campo

econômico-social, enfoques antes empregados para o caso do Peru. Por sua vez, a ampliação da análises sobre a costa peruana (no passado, para os últimos séculos antes da conquista, predominaram os estudos acerca da serra) mostrou, em contraste com a economia serrana estudada por J. Murra, uma organização econômica costeira que associava a agricultura à exploração do mar e apresentava maior desenvolvimento do artesanato especializado (incluindo a produção em série), do comércio a longa distância e inclusive de um esboço de propriedade privada, traços que a aparentam com a visão habitual acerca da economia meso-americana.

Ao nível da interpretação, quase não há forma de organização econômico-social que, em algum momento, não haja sido atribuída aos Estados pré-colombianos (com a possível exceção do capitalismo). Assim, para os marxistas dogmáticos stalinistas ou pós-stalinistas, como se pode comprovar em certos manuais soviéticos bastante recentes, seriam sociedade escravistas (interpretação que se choca frontalmente com os dados disponíveis). Outros autores optaram pelo feudalismo. Também há adeptos da idéia de que, no fundo, tratava-se, mesmo nos casos mais brilhantes, de sociedades ainda muito primitivas, que atravessavam a fase de transição da "comunidade primitiva" à sociedade de classes plenamente constituída. Louis Baudin — por certo num contexto intelectual que nada tem a ver com o conceito de modo de produção — falou, mesmo, de um "império socialista dos incas"...

Em anos recentes, certos desenvolvimentos ainda incompletos, mas promissores, merecem menção.

1) Já vimos que a tecnologia das "altas culturas" pré-colombianas apresenta sérias deficiências em relação, por exemplo, à do antigo Oriente Próximo: ausência do arado, do torno do oleiro, de veículos de rodas, de um uso amplo de metais para fins produtivos (ferramentas), escasso emprego de adubos pela falta de associação agricultura/pecuária. Vimos também que há certas razões lógicas que explicam várias destas deficiências. Ora, o conceito marxista de *forças produtivas*, freqüentemente reduzido só à tecnologia, na verdade inclui igualmente os homens que trabalham, vistos nas suas capacidades físicas e mentais (socialmente determinadas). A partir daí, referindo-se à sociedade mexica ou asteca — mas a observação pode ser generalizada —, Victor M. Castillo chamou a atenção para o fato de que, dos dois aspectos das forças produtivas, o tecnológico permaneceu relativamente primitivo, mas paralelamente se deu um progresso considerável do outro aspecto, o humano: o esforço das civilizações pré-colombianas se concentrou no aperfeiçoamento da divisão social e técnica do trabalho e das formas de controle e cooperação da mão-de-obra, o que é um traço também discernível nas estruturas econômico-sociais da África Negra pré-colonial (cuja tecnologia, porém, era, no conjunto, mais adiantada do que a pré-colombiana). Isto explicaria a possibilidade de sociedades estratificadas e diversificadas e de brilhantes desenvolvimentos culturais, à base de tecnologia bem pouco avançada.

2) A discussão acerca da organização econômico-social das sociedades mais desenvolvidas da América pré-colombiana dos últimos séculos antes da conquista baseava-se, apesar do choque de opiniões muito divergentes, sempre nas mesmas fontes. A maior mudança de direção interpretativa veio da descoberta e valorização, por John Murra, de outro tipo de fontes antes pouco utilizadas: as *visitas*, que são relatórios de funcionários espanhóis no Peru, baseados em interrogatórios feitos em regiões recém-conquistadas, nas quais portanto se manifestava ainda a organização indígena. Interpretando tais dados novos à luz de noções como "reciprocidade" e "redistribuição", derivadas de Karl Polanyi e em geral da corrente da antropologia econômica conhecida como "substantivista", Murra provocou uma transformação radical das concepções acerca da história andina; mais recentemente, como já mencionamos, tal transformação também começou a afetar a interpretação das altas culturas meso-americanas.

3) Desde princípios da década de 1960, renovaram-se as discussões acerca de um conceito que aparece sem grande elaboração na obra dos marxistas clássicos, o de *modo de produção asiático* (alguns preferem chamá-lo "despótico-tributário"), o qual havia sido esquecido durante longos anos. As características fundamentais deste tipo de sociedade seriam: 1) a importância das grandes obras de irrigação, e outras obras públicas consideráveis, realizadas sob controle do Estado despótico; 2) o fraco

desenvolvimento da propriedade privada; 3) a coexistência de estruturas rurais ainda comunitárias com uma classe dominante que, de certo modo, se encarna na estrutura estatal e submete as comunidades aldeãs a uma exploração via elaborado sistema tributário. As tentativas de aplicar esta hipótese à América pré-colombiana deram resultados variados. Já vimos que dificilmente se pode atribuir o surgimento dos primeiros Estados e cidades da Meso-América e do Peru à necessidade de controlar centralizadamente grandes sistemas de irrigação, mesmo se posteriormente, no reino chimu e no império inca, tais sistemas foram sem dúvida consideráveis e objeto de planificação global. Quanto às outras características, são mais plausíveis, embora seja forte atualmente a tendência a negar, com bons argumentos, o caráter clânico e igualitário das comunidades pré-colombianas do tipo *ayllu* ou *calpulli* (este último especialmente). Certos autores, como Perry Anderson, pensam que já é tempo de "enterrar honrosamente" a noção de modo de produção asiático, mas esta não parece ser a opinião predominante na atualidade.



REFLEXÕES FINAIS

Por que interessar-nos, hoje, por essas remotas "culturas assassinadas", varridas da face da Terra na época da conquista e dos inícios da colonização européia da América, ou por suas ainda mais remotas antecessoras?

Uma primeira forma de respondermos a esta pergunta poderia ser retomando — em outro contexto — a frase famosa do personagem de Terêncio: *Homo sum, et humani nihil a me alienum puto* ("Homem sou, e nada do que é humano considero estranho a mim"). Isto é, podemos simplesmente interessar-nos pelo passado pré-colombiano por si mesmo, como copioso feixe de variadas e interessantíssimas experiências humanas. A curiosidade é um impulso humano dos mais legítimos e desconfiamos muito de qualquer exagero do imediatismo pragmático quando se trata de justificar uma dada atividade. Seja como for, há razões sem dúvida mais específicas e de

maior peso do que a simples curiosidade para que o estudo da história antiga da América nos interesse.

Do ponto de vista teórico, em primeiro lugar. O método científico não pode basear-se na abordagem de casos ou processos únicos e irrepetíveis, ou seja, singulares, porque a generalização em tais circunstâncias é impossível e sem ela não podem ser estabelecidas regularidades e leis. Para a construção de uma teoria geral de como funcionam e mudam as sociedades humanas, tem valor inestimável o fato de se poder comparar a evolução pré e proto-histórica do Velho Mundo com a da América pré-colombiana, que evoluiu, não em total, mas em relativo isolamento. E o mais interessante é que constataremos, *no continente americano*, fases análogas (não-idênticas, claro) em relação às etapas mais gerais já conhecidas na Eurásia, em menor escala e com atraso cronológico que têm várias explicações: uma defasagem cultural já presente em tempos paleolíticos na região de origem dos primeiros povoadores e que se transferiu com eles para o novo habitat; o povoamento de um continente vasto por contingentes provavelmente reduzidos de migrantes que tiveram de gastar longo tempo simplesmente adaptando-se a meios ambientes diversos e garantindo sua sobrevivência e multiplicação antes que se tornasse possível dar novos passos decisivos na evolução social. (Ver a Figura n.º 4.)

Vejamos, agora, o que diz a respeito do tema que nos ocupa o historiador mexicano Silvio Zavala ("Indigènes et colonisateurs dans l'histoire d'Amérique", *in Cahiers de l'Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine*, n.º 6, 1964, p. 25):

> "... o contacto secular do índio com o meio geográfico da América constituiu um patrimônio de experiências, de recursos, de cultura, que os recém-chegados [europeus] aproveitaram, que eles assimilaram de maneira mais ampla do que habitualmente se crê. É por isto que a história da América deve incluir de maneira orgânica o vasto capítulo indígena..."

Afinal, o milho, a batata e a mandioca, para citar só os elementos mais evidentes, são resultados de milênios de atividades e experiências do homem pré-colombiano que se integraram ao nosso quotidiano, na América e também em outras partes do mundo.

A história da conquista, e a da colônia, foram profundamente influenciadas pela história indígena anterior — por exemplo, pela distribuição diferencial da população pré-colombiana. As colônias escravistas baseadas no tráfico africano se desenvolveram em vazios demográficos relativos (a não ser nas Antilhas, onde a população indígena era numerosa mas foi destruída em poucas décadas nos primeiros tempos da colonização), como o Brasil e o Sul do que hoje são os Estados Unidos, e o mesmo podemos dizer das zonas de imigração européia maciça (Argentina, Nova Inglaterra, Canadá, etc.). Onde existia uma densa população indígena, praticando uma agricul-

tura estável e produtiva, mesmo com a catástrofe demográfica dos séculos XVI e XVII (até 1 650 aproximadamente), a colonização se apoiou na manutenção — modificada, como é evidente — da comunidade aldeã de raízes pré-colombianas e na exploração da força de trabalho do índio dentro e fora das comunidades, por mais que posteriormente a mestiçagem e outros fatores viessem complicar o quadro colonial. Outrossim, as violentas lutas de classes que denominamos habitualmente "reformas liberais", travadas no século XIX, e que deram origem às estruturas contemporâneas dos países da Indo-América — México, Guatemala, El Salvador, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia... — são incompreensíveis sem referência a um elemento agrário indígena e mestiço que remete, em maior ou menor medida, a realidades geradas no passado pré-colombiano, embora depois tenham sido profundamente transformadas e às vezes desfiguradas.

Ainda em nosso século, a presença do passado indígena é algo quotidiano, evidente, em muitos países do continente. Na Bolívia, depois de um século de ataques impiedosos contra as estruturas comunitárias, o censo agrícola de 1950 revelou que ainda existiam 3 779 comunidades indígenas, controlando 26% das terras efetivamente cultivadas do país. Trata-se de exemplo extremo, mas não único. Nesses países, qualquer compreensão adequada do presente, e portanto qualquer planejamento do futuro, não pode passar ao lado de uma "questão indígena" que tem algumas de suas raízes mergulhadas bem

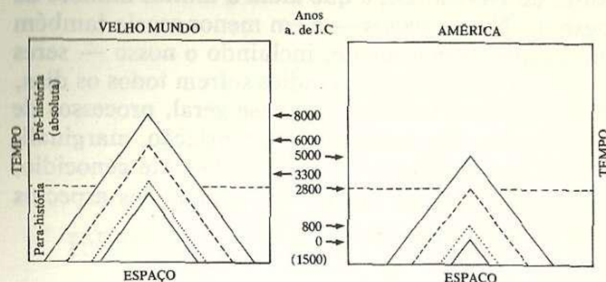


Fig. 4 — Esquema tempo-espacial do surgimento e expansão dos principais níveis culturais arqueológicos no Velho Mundo e na América. Linha contínua externa: *começo da agricultura de cereais (VIII milênio a. C. Na Ásia ocidental, trigo e cevada; V milênio no México, milho);* linha de traços: *começo da cerâmica (6 000 a. C. na Ásia, 3 000-2 500 no noroeste sul-americano);* linha pontilhada: *Calcolítico tardio da Ásia (proto-literário da Mesopotâmia, 3 300 a. C.), de nível similar ao formativo médio-tardio (proto-urbano) da América nuclear (800 a. C.);* linha contínua interna: *culturas urbanas ou altas culturas (2 800 a. C. no Egito e na Mesopotâmia, com bronze e escrita; começos de nossa era no México e no Peru — fases clássicas e pós-clássicas —, apenas parcialmente com escrita ligada ao culto e metalurgia). A* linha horizontal inferior *representa o momento da conquista, começos do século XVI. (As datas são aproximadas, e além disto a passagem de um nível a outro nunca é tão taxativa quanto pareceriam indicar os traços.)* Fonte: *Juan Schobinger,* Prehistoria de Suramérica, *Barcelona, Labor, 1969, p. 13.* Obs.: *A cronologia adotada pelo autor não coincide totalmente com a que usamos neste trabalho.*

antes de 1492 a. D., e que afeta a muitos milhões de pessoas. Nesses países — e em menor escala também em outros do continente, incluindo o nosso — seres humanos que chamamos índios sofrem todos os dias, diante de uma indiferença quase geral, processos de exploração, discriminação, expropriação, marginalização, paternalismo mal informado e até genocídio, que prolongam até nossos dias alguns dos aspectos mais iníquos da época da conquista.

